



LICENÇA AMBIENTAL POR COMPROMISSO LAC Nº 85/2021

O Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo do artigo 7º, inciso I; artigo 36, parágrafo 5º constantes na Lei Estadual nº 14.675/2009, e de acordo com a Resolução CONSEMA nº 98/2017, com base no processo de licenciamento ambiental nº TPP/00129/CVI e Relatório de Caracterização do Empreendimento – RCE nº 575046/2021, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL POR COMPROMISSO à:

Dados do Empreendedor

NOME/RAZÃO: GTA - GESTÃO AMBIENTAL LTDA.
ENDEREÇO: AVENIDA MARTIN LUTHER, 111 SALA 312 - VICTOR KONDER
CEP: 89012011 - BLUMENAU/SC
CPF/CNPJ: 04.813.163/0001-44

Para a atividade de

Atividade: 47.10.10 – Transporte rodoviário de produtos perigosos, resíduos perigosos ou rejeitos perigosos, exclusivamente no território catarinense

Dados do Empreendimento

NOME/RAZÃO: GTA - GESTÃO AMBIENTAL LTDA. - COLETA E TRANSP. RODOV. DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE E INDUSTRIAIS
ENDEREÇO: AVENIDA MARTIN LUTHER, 111 SALA 312 - VICTOR KONDER
CEP: 89012011 - BLUMENAU/SC
COORDENADAS PLANAS: UTM X 691370.4743828401 UTM Y 7022225.2806140315
CPF/CNPJ: 04.813.163/0001-44

Da viabilidade

A presente Licença Ambiental por Compromisso, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado e compromisso de atendimento aos critérios e pré condições estabelecidos pelo IMA, declara a viabilidade de implantação e operação do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

Em caso de acidente envolvendo esses produtos, dentro do Estado de Santa Catarina, o responsável pela empresa ou preposto deverá notificar imediatamente o IMA através fone Plantão 0800 644 1523 ou (0**48) 3665 - 4190; Cópia desta Licença Ambiental deverá estar disponibilizada em cada veículo de transporte e exibida à autoridade competente quando solicitada.

Documentos anexos

RCE 575046/2021

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

Prazo de validade

(48) meses, a contar da

FCEI:575046

CÓDIGO:85/2021

Data: 22/01/2021



CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

Placa	Tipo do veículo	RENAVAM	Ano de Fabricação	Forma de acondicionamento	CIV	CTPP (ou CIPP)
RDV4E88	Caminhão	1241811072	2020	Granel /Fracionado	1663042	a069160
RLB6B18	Caminhão	1244364050	2020	Granel /Fracionado		

PRODUTOS PERIGOSOS

Placas:

Número ONU	Classe ou Subclasse de Risco	Nome
------------	------------------------------	------

RESÍDUOS CLASSE I

Placas:

Número ONU	Classe ou Subclasse de Risco	Nome
------------	------------------------------	------

RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE

Placas: RDV4E88; RLB6B18;

Número ONU	Classe ou Subclasse de Risco	Nome
2814	6.2	180102 - (*) Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes com elevado risco individual e elevado risco para a comunidade, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido
2814	6.2	180401 - (*) Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares
2814	6.2	180101 - (*) Culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética
2814	6.2	180103 - (*) Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta
2814	6.2	180104 - (*) Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

FCEI:575046

CÓDIGO:85/2021



Número ONU	Classe ou Subclasse de Risco	Nome
2814	6.2	livre
2814	6.2	180105 - (*) Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microorganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anátomo-patológico ou confirmação diagnóstica
2814	6.2	180106 - (*) Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 cm ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares
2814	6.2	180107 - (*) Kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados
2814	6.2	180108 - (*) Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico hospitalar e de pesquisa, entre outros similares
2814	6.2	180109 - (*) Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes com elevado risco individual e elevado risco para a comunidade, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microorganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons
2814	6.2	180110 - (*) Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo
2814	6.2	180111 - (*) Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre
2814	6.2	180112 - (*) Peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anátomo-patológicos ou de confirmação diagnóstica
2814	6.2	180113 - (*) Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações
2814	6.2	180114 - (*) Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão
2814	6.2	180115 - (*) Órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfurocortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com príons
2814	6.2	200199 - Outras frações não anteriormente especificadas

RESÍDUOS CLASSE IIA OU IIB

Placas:

Nome conforme Lista do IBAMA	Classe	Estado físico
------------------------------	--------	---------------

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

FCEI:575046

CÓDIGO:85/2021



CARACTERIZAÇÃO DAS ROTAS DE TRANSPORTE (ROTOGRAMA)

Origem	Destino
Santa Catarina	Santa Catarina

CONTATOS EMERGENCIAIS

Nome/Empresa	Telefone	Local
Getal	(47)3340-0756	
Getal	(47)3340-0756	Blumenau

PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PAE

Nome: Galdino Eloí Savi

Habilitação (formação técnica): Eng Sanitarista

Número de Registro no Conselho de Classe 017280-3

Número da ART/AFT: 4240736-2

Telefone: (47)3350-3903

PROFISSIONAL HABILITADO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO E PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO

Nome: Galdino Eloí Savi

Habilitação (formação técnica): Eng Sanitarista

Número de Registro no Conselho de Classe 017280-3

Número da ART/AFT: 4240736-2

Telefone: (47)3350-3903

TERMOS E CONDIÇÕES

(x) Declaro que mantereí atualizados os documentos de capacitação dos veículos.

(x) Declaro possuir Plano de Ação Emergencial atualizado, implementado e capaz de responder de forma rápida e eficaz ocorrências emergenciais, elaborado em conformidade com o Anexo 5 da Instrução Normativa IMA 77 ou conforme NBR ABNT 15.480:2018.

(x) Declaro que estou ciente e cumprirei todos os itens abaixo descritos:

- Todos os veículos possuem kits de emergência e equipamentos de proteção individual e coletiva, estando os motoristas, operadores e ajudantes devidamente treinados para sua adequada utilização;
- Os kits de emergência e os equipamentos de proteção individual e coletiva são revisados periodicamente;
- Os colaboradores possuem conhecimento do Plano de Ação Emergencial e estão devidamente treinados para ativá-lo, se necessário;
- Os efluentes de limpeza dos veículos serão adequadamente destinados;
- Em caso de acidente envolvendo esses produtos, dentro do Estado de Santa Catarina, o responsável pela empresa ou preposto deverá notificar imediatamente ao IMA, através fone Plantão 0800 644 1523 ou (0**48) 3665-4190, e demais instituições afins como Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária ou Defesa Civil;
- Em caso de acidentes, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias deverá ser apresentado ao IMA um relatório detalhado, com fotos da ocorrência e descrição dos danos ambientais causados, além das medidas de controle e

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

FCEI:575046

CÓDIGO:85/2021



de remediação adotados;

- Cópia desta Licença Ambiental estará disponibilizada em cada veículo de transporte e exibida a autoridade competente quando solicitada, bem como, deverá ser afixada em local visível no escritório;
- Durante a operação do empreendimento, comunicarei ao órgão ambiental competente quando da identificação de situações anormais ou desconformidades que possam causar danos ambientais;
- Em caso de continuidade desta atividade e, antes de findar o prazo de validade da LAC, farei requerimento da sua renovação;
- A prestação de informações falsas ou o não cumprimento do compromisso assumido implicará na aplicação de sanções administrativas, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos ambientais.

(x) Declaro ainda que estou ciente e cumprirei todos os itens abaixo descritos :

- Observarei às normas de incompatibilidade química no transporte terrestre de produtos perigosos de que trata a ABNT NBR 14.619.
- Os veículos e embalagens de produtos e resíduos perigosos, fracionados ou não, exibirão as simbologias exigidas na legislação e normas brasileiras, assim como deve haver a fixação de rótulo de risco e painel de segurança na carroceria do veículo, de acordo com a NBR 7500, conforme Decreto Federal nº 96.044/1988, Portaria nº 204/2011 e Resolução ANTT nº 5232/2016.
- Os veículos e equipamentos destinados ao Transporte de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS serão de cor BRANCA.
- Os veículos e equipamentos destinados ao Transporte de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS possuirão compartimento de carga isolada do condutor com estanqueidade.
- A coleta e transporte rodoviário de resíduos de serviços de saúde e resíduos industriais observarão as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas Brasileiras (ABNT), as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, às normativas da ANVISA, além de regulação estabelecidas por outras normas nacionais vigentes.
- Os RSS Grupos A, B e E acondicionados em contêineres não serão compactados, nem serão utilizados veículos compactadores para a coleta e transporte dos referidos grupos de resíduos, conforme Resolução CONAMA nº 258/2005.
- O condutor do veículo licenciado portará os seguintes documentos e equipamentos: a. Carteira Nacional de Habilitação com a devida categoria para transporte de carga; b. Carteira de Movimentação de Produtos Perigosos (MOPP); c. Cópia da Licença Ambiental de Operação para transporte de produtos perigosos; d. Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos (MTR), emitido pelo Sistema MTR do IMA, identificando o gerador do resíduo ou rejeito transportado e o destinador que o receberá; e. Cópia do certificado de capacitação do veículo, se couber; f. Nota(s) Fiscal(is) do(s) produto(s) identificando o fornecedor e o recebedor, se couber; g. Kit de Equipamento de Proteção Individual – EPI para cada ocupante do veículo; h. Kit de emergência para transporte de produtos perigosos.
- As transportadoras licenciadas para operação de transporte de resíduos ou rejeitos enviarão ao IMA, semestralmente, através do Sistema MTR, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR. Para estas atividades, a validade da Licença Ambiental é condicionada à apresentação ao IMA da DMR semestral, que deverá ser elaborada de acordo com o seguinte cronograma: 1. Primeiro semestre do ano – até dia 30 de setembro do mesmo ano; 2. Segundo semestre do ano – até dia 31 de março do ano seguinte.

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

FCEI:575046

CÓDIGO:85/2021





LICENÇA AMBIENTAL POR COMPROMISSO LAC Nº 2466/2022

O Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo do artigo 7º, inciso I; artigo 36, parágrafo 5º constantes na Lei Estadual nº 14.675/2009, e de acordo com a Resolução CONSEMA nº 98/2017, com base no processo de licenciamento ambiental nº TPP/00129/CVI e Relatório de Caracterização do Empreendimento – RCE nº 619480/2022, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL POR COMPROMISSO à:

Dados do Empreendedor

NOME/RAZÃO: GTA - GESTÃO AMBIENTAL LTDA.
ENDEREÇO: AVENIDA MARTIN LUTHER, 111 SALA 312 - VICTOR KONDER
CEP: 89012011 - BLUMENAU/SC
CPF/CNPJ: 04.813.163/0001-44

Para a atividade de

Atividade: 47.10.10 – Transporte rodoviário de produtos perigosos, resíduos perigosos ou rejeitos perigosos, exclusivamente no território catarinense

Dados do Empreendimento

NOME/RAZÃO: GTA - GESTÃO AMBIENTAL LTDA. - COLETA E TRANSP. RODOV. DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE E INDUSTRIAIS
ENDEREÇO: AVENIDA MARTIN LUTHER, 111 SALA 312 - VICTOR KONDER
CEP: 89012011 - BLUMENAU/SC
COORDENADAS PLANAS: UTM X 691370.4743828401 UTM Y 7022225.2806140315
CPF/CNPJ: 04.813.163/0001-44

Da viabilidade

A presente Licença Ambiental por Compromisso, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado e compromisso de atendimento aos critérios e pré condições estabelecidos pelo IMA, declara a viabilidade de implantação e operação do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
- A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
- Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.

Em caso de acidente envolvendo esses produtos, dentro do Estado de Santa Catarina, o responsável pela empresa ou preposto deverá notificar imediatamente o IMA através fone Plantão 0800 644 1523 ou (0**48) 3665 - 4190; Cópia desta Licença Ambiental deverá estar disponibilizada em cada veículo de transporte e exibida à autoridade competente quando solicitada.

Documentos anexos

RCE 619480/2022

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

Prazo de validade

(36) meses, a contar da

FCEI:619480

CÓDIGO:2466/2022

Data: 19/07/2022



CARACTERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS

Placa	Tipo do veículo	RENAVAM	Ano de Fabricação	Forma de acondicionamento	CIV	CTPP (ou CIPP)
RXQ0I94	Caminhão	01302313506	2022	Fracionado		
RXQ0J24	Caminhão	01302313433	2022	Fracionado		

PRODUTOS PERIGOSOS

Placas:

Número ONU	Classe ou Subclasse de Risco	Nome
------------	------------------------------	------

RESÍDUOS CLASSE I

Placas:

Número ONU	Classe ou Subclasse de Risco	Nome
------------	------------------------------	------

RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE

Placas: RXQ0I94; RXQ0J24;

Número ONU	Classe ou Subclasse de Risco	Nome
2814	6.2	180103 - (*) Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta
2814	6.2	180102 - (*) Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes com elevado risco individual e elevado risco para a comunidade, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido
2814	6.2	180401 - (*) Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares
2814	6.2	180101 - (*) Culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética
2814	6.2	180104 - (*) Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

FCEI:619480

CÓDIGO:2466/2022



Número ONU	Classe ou Subclasse de Risco	Nome
2814	6.2	livre
2814	6.2	180105 - (*) Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microorganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anátomo-patológico ou confirmação diagnóstica
2814	6.2	180106 - (*) Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 cm ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares
2814	6.2	180107 - (*) Kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados
2814	6.2	180108 - (*) Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico hospitalar e de pesquisa, entre outros similares
2814	6.2	180109 - (*) Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes com elevado risco individual e elevado risco para a comunidade, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microorganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons
2814	6.2	180110 - (*) Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo
2814	6.2	180111 - (*) Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre
2814	6.2	180112 - (*) Peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anátomo-patológicos ou de confirmação diagnóstica
2814	6.2	180113 - (*) Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações
2814	6.2	180114 - (*) Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão
2814	6.2	180115 - (*) Órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfurocortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com príons
2814	6.2	200199 - Outras frações não anteriormente especificadas

RESÍDUOS CLASSE IIA OU IIB

Placas:

Nome conforme Lista do IBAMA	Classe	Estado físico
------------------------------	--------	---------------

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

FCEI:619480

CÓDIGO:2466/2022



CARACTERIZAÇÃO DAS ROTAS DE TRANSPORTE (ROTOGRAMA)

Origem	Destino
BLUMENAU	BRUSQUE
POMERODE	BRUSQUE
TIMBÓ	BRUSQUE
RIO DO SUL	BRUSQUE
GASPAR	BRUSQUE
INDAIAL	BRUSQUE
BENEDITO NOVO	BRUSQUE
DOUTOR PEDRINHO	BRUSQUE
RODEIO	BRUSQUE
ASCURRA	BRUSQUE
APIÚNA	BRUSQUE
IBIRAMA	BRUSQUE
PRESIDENTE GETÚLIO	BRUSQUE
LONTRAS	BRUSQUE
ITUPORANGA	BRUSQUE
LAURENTINO	BRUSQUE
RIO DO OESTE	BRUSQUE
AGRONÔMICA	BRUSQUE
TROMBUDO CENTRAL	BRUSQUE
POUSO REDONDO	BRUSQUE
TAIÓ	BRUSQUE

CONTATOS EMERGENCIAIS

Nome/Empresa	Telefone	Local
GETAL	(47)3040-0756	
GETAL	(47)3040-0756	Blumenau

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

FCEI:619480

CÓDIGO:2466/2022



PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PAE

Nome: Galdino Eloí Savi

Habilitação (formação técnica): Eng Sanitarista

Número de Registro no Conselho de Classe 017280-3

Número da ART/AFT: 8358879-0

Telefone: (47)9995-65356

PROFISSIONAL HABILITADO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO E PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO

Nome: Galdino Eloí Savi

Habilitação (formação técnica): Eng Sanitarista

Número de Registro no Conselho de Classe 017280-3

Número da ART/AFT: 8358879-0

Telefone: (47)9995-65356

TERMOS E CONDIÇÕES

(x) Declaro que manterei atualizados os documentos de capacitação dos veículos.

(x) Declaro possuir Plano de Ação Emergencial atualizado, implementado e capaz de responder de forma rápida e eficaz ocorrências emergenciais, elaborado em conformidade com o Anexo 5 da Instrução Normativa IMA 77 ou conforme NBR ABNT 15.480:2018.

(x) Declaro que estou ciente e cumprirei todos os itens abaixo descritos:

- Todos os veículos possuem kits de emergência e equipamentos de proteção individual e coletiva, estando os motoristas, operadores e ajudantes devidamente treinados para sua adequada utilização;
- Os kits de emergência e os equipamentos de proteção individual e coletiva são revisados periodicamente;
- Os colaboradores possuem conhecimento do Plano de Ação Emergencial e estão devidamente treinados para ativá-lo, se necessário;
- Os efluentes de limpeza dos veículos serão adequadamente destinados;
- Em caso de acidente envolvendo esses produtos, dentro do Estado de Santa Catarina, o responsável pela empresa ou preposto deverá notificar imediatamente ao IMA, através fone Plantão 0800 644 1523 ou (0**48) 3665-4190, e demais instituições afins como Corpo de Bombeiros, Polícia Rodoviária ou Defesa Civil;
- Em caso de acidentes, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias deverá ser apresentado ao IMA um relatório detalhado, com fotos da ocorrência e descrição dos danos ambientais causados, além das medidas de controle e de remediação adotados;
- Cópia desta Licença Ambiental estará disponibilizada em cada veículo de transporte e exibida a autoridade competente quando solicitada, bem como, deverá ser afixada em local visível no escritório;
- Durante a operação do empreendimento, comunicarei ao órgão ambiental competente quando da identificação de situações anormais ou desconformidades que possam causar danos ambientais;
- Em caso de continuidade desta atividade e, antes de findar o prazo de validade da LAC, farei requerimento da sua renovação;
- A prestação de informações falsas ou o não cumprimento do compromisso assumido implicará na aplicação de sanções administrativas, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos ambientais.

(x) Declaro ainda que estou ciente e cumprirei todos os itens abaixo descritos :

- Observarei às normas de incompatibilidade química no transporte terrestre de produtos perigosos de que trata a ABNT NBR 14.619.
- Os veículos e embalagens de produtos e resíduos perigosos, fracionados ou não, exibirão as simbologias exigidas na legislação e normas brasileiras, assim como deve haver a fixação de rótulo de risco e painel de segurança na carroceria do veículo, de acordo com a NBR 7500, conforme Decreto Federal nº 96.044/1988,

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

FCEI:619480

CÓDIGO:2466/2022



Portaria nº 204/2011 e Resolução ANTT nº 5232/2016.

- Os veículos e equipamentos destinados ao Transporte de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS serão de cor BRANCA.
- Os veículos e equipamentos destinados ao Transporte de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS possuirão compartimento de carga isolada do condutor com estanqueidade.
- A coleta e transporte rodoviário de resíduos de serviços de saúde e resíduos industriais observarão as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas Brasileiras (ABNT), as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, às normativas da ANVISA, além de regulação estabelecidas por outras normas nacionais vigentes.
- Os RSS Grupos A, B e E acondicionados em contêineres não serão compactados, nem serão utilizados veículos compactadores para a coleta e transporte dos referidos grupos de resíduos, conforme Resolução CONAMA nº 258/2005.
- O condutor do veículo licenciado portará os seguintes documentos e equipamentos: a. Carteira Nacional de Habilitação com a devida categoria para transporte de carga; b. Carteira de Movimentação de Produtos Perigosos (MOPP); c. Cópia da Licença Ambiental de Operação para transporte de produtos perigosos; d. Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos (MTR), emitido pelo Sistema MTR do IMA, identificando o gerador do resíduo ou rejeito transportado e o destinador que o receberá; e. Cópia do certificado de capacitação do veículo, se couber; f. Nota(s) Fiscal(is) do(s) produto(s) identificando o fornecedor e o recebedor, se couber; g. Kit de Equipamento de Proteção Individual – EPI para cada ocupante do veículo; h. Kit de emergência para transporte de produtos perigosos.
- As transportadoras licenciadas para operação de transporte de resíduos ou rejeitos enviarão ao IMA, semestralmente, através do Sistema MTR, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR. Para estas atividades, a validade da Licença Ambiental é condicionada à apresentação ao IMA da DMR semestral, que deverá ser elaborada de acordo com o seguinte cronograma: 1. Primeiro semestre do ano – até dia 30 de setembro do mesmo ano; 2. Segundo semestre do ano – até dia 31 de março do ano seguinte.

<https://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lac>

FCEI:619480

CÓDIGO:2466/2022



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que a empresa **GTA - GESTÃO AMBIENTAL LTDA**, inscrita sob CNPJ sob o n.º 04.813.163/0001-44, mantém Contrato Particular de Prestação de Serviço com a **MOMENTO ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA do GRUPO VEOLIA**, inscrita sob CNPJ 00.904.606/0001-51, conforme relação abaixo:


- 72/2022 de 31 de março de 2022 - Contrato particular de prestação de serviços de tratamento e/ou destinação final de resíduos.

Declaramos que somos do mesmo grupo econômico, e que estamos aptos a receber os resíduos inseridos no edital, caso contratado pela empresa **GTA - GESTÃO AMBIENTAL LTDA, do GRUPO VEOLIA**.

A presente declaração tem validade pelo período de 1 (um) ano, a contar da data de assinatura.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos. Atenciosamente,

Blumenau (SC), 18 de março de 2.024.

Documento assinado digitalmente
 **ALESSANDRA CEZAR RIBEIRO DE OLIVEIRA**
Data: 19/03/2024 14:08:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MOMENTO ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA
CNPJ 00.904.606/0001-51
Alessandra Cezar Ribeiro de Oliveira
Especialista de Licitações / Procuradora
RG nº 30.304.298-9 SSP/SP / CPF 279.993.178-29





LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Nº 5260/2022

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº RSU/00012/CVI e parecer técnico nº 2384/2022, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à:

Empreendedor

NOME:	MOMENTO ENGENHARIA AMBIENTAL S. A.		
ENDEREÇO:	RUA PAULO LITZEMBERGER, 1400, VILA ITROUPAVA,		
CEP:	89095-220	MUNICÍPIO:	BLUMENAU ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	00.904.606/0001-51		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 71.60.03 - DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS CLASSE I, DE QUALQUER ORIGEM ATIVIDADE SECUNDÁRIA: 34.41.09; 34.41.11; 42.32.29; 71.60.00; 71.60.01; 71.60.04; 71.60.07; e 71.60.11.
EMPREENHAMENTO: MOMENTO ENGENHARIA AMBIENTAL S. A. - CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE BLUMENAU/CTRB

Localizada em

ENDEREÇO:	RUA PAULO LITZEMBERGER, 1400, VILA ITROUPAVA		
CEP:	89095-220	MUNICÍPIO:	BLUMENAU ESTADO: SC
COORDENADA PLANA:	UTM X 650507.7075224966 - UTM Y 7048552.484599658		

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
- II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
 - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
 - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data 09/08/2022



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 573963

CÓDIGO: 265509



1.) Operação de uma atividade genérica diversas, disposição final de resíduos e/ou rejeitos industriais Classe "I", em aterros, segundo Anexo "VI" da Resolução CONSEMA n°. 098/2017, especificamente operação de uma unidade de recepção, tratamento e disposição final de resíduos das classes de risco "I", "IIA" e "IIB", respectivamente perigosos, não perigosos e não inertes, e não perigosos e inertes, segundo enquadramento da norma técnica brasileira ABNT/NBR 10004/2004, incluindo resíduos de serviços de atendimento à saúde humana e animal, resíduos sólidos urbanos e resíduos industriais, denominado Centro de Gerenciamento de Resíduos/CGR, equipado com recepção de resíduos, laboratório, estação de tratamento de efluentes, usina de processamento de resíduos (solidificação, encapsulamento, inertização), aterro sanitário (resíduos não perigosos), células de segurança (resíduos perigosos), unidade de tratamento térmico de resíduos (incineração), unidade de blendagem de resíduos sólidos, líquidos e pastosos para produção de combustíveis derivados de resíduos/CDR, em área útil de 1.354.078,06 m² e área total de 2.076.287,65 m², apresentando as seguintes características, procedimentos, controles ambientais e emergenciais, a saber:

1.1 - O empreendimento conta com as seguintes facilidades, a saber:

- a) Unidades de infraestrutura de apoio (prédio administrativo, centro de treinamento, guarita, 02 (duas) balanças rodoviárias, laboratório para caracterização de resíduos, laboratório para análise de efluentes, refeitório e vestiário).
- b) Células para disposição de resíduos Classe "I", com impermeabilização de fundo composta por camada de argila compactada ou geocomposto bentonítico, duas camadas de geomembrana de PEAD, geotêxtil e camada de brita graduada para proteção mecânica da geomembrana, conforme projeto.
- c) Células para disposição de resíduos sólidos Classe "II", com impermeabilização de fundo, composta por camada de argila compactada ou geocomposto bentonítico, uma geomembrana de PEAD, geotêxtil e camada de brita graduada para proteção mecânica da geomembrana, conforme projeto.
- d) Unidade de blendagem de resíduos sólidos, líquidos e pastosos para posterior destinação ao tratamento por coprocessamento.
- e) Unidade de tratamento térmico por incineração de resíduos, incinerador marca Luftech, modelo RGL 600 SE PPL 200 2V, equipado com lavador de gases composto por um tanque de arrefecimento e dois tanques de lavagem, com posterior destino do fluido a chaminé.
- f) Estação de Tratamento de Efluentes/ETE, para recebimento de efluentes industriais e sanitários, de percolados e de efluentes gerados em empreendimentos de terceiros, composta 03 (três) lagoas para acumulação e equalização, com volumes de 4.321,00 m³, 4.369,00 m³ e 5.802,00 m³, respectivamente, perfazendo um total de 14.492,00 m³; sistema de bombeamento das lagoas para a ETE, com capacidade de 20 m³/h; unidade de coagulação e floculação; Centrífuga, com capacidade de 15 m³/h; Tanque anóxico para desnitrificação; Tanque aeróbio para redução biológica de DBO; e Decantador de saída, sendo todas as etapas do processo monitoradas pelo laboratório interno.
- g) Sistema de Drenagem Vertical de Gases, flares (aterro Classe "II").
- h) Sistema de Detecção de Vazamento através de dreno testemunho (aterro Classe "I")
- i) Sistema de Detecção de Vazamento por meio de poços de monitoramento localizados à jusante (aterro Classe "II")
- j) Sistema de Drenagem Pluvial.
- k) Rede de poços de monitoramento, piezômetros e dique de contenção entre a área de lagoas e o curso d'água Rio Sete de Janeiro.
- l) Unidade de processamento de resíduos que requeiram pré-tratamento de solidificação, de encapsulamento e de inertização.

1.2 - O empreendimento conta com procedimentos e controles ambientais e emergenciais:

- a) Operação de disposição final de resíduos perigosos classe "I" em células de segurança e de resíduos não perigosos classe "IIA e IIB" em aterro.
- b) Os resíduos classe "I", com características líquidas ou pastosas, cuja destinação final são as células de segurança, deverão submeter-se a um pré-tratamento através de processos de solidificação, inertização ou encapsulamento, utilizados na planta, antes da disposição nas células.
- c) Dentre os resíduos classe "I" recebidos para tratamento, poderão ser admitidos os resíduos contaminados com PCBs com concentração inferior a 50 mg/L e resíduos contendo amianto, passíveis dos processos de solidificação, encapsulamento ou compactação, para disposição final em células de segurança ou incineração.
- d) Sistema de prevenção e combate a incêndios, consoante às normas adotadas pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina, incluindo captadores de descargas atmosféricas e para-raios, protegendo as áreas pertinentes.
- e) Execução e constante atualização de Programa de Atendimento à Emergências/PAE, bem como dos demais programas, a saber: Gerenciamento de Resíduos Sólidos/PGRS, quando aplicável; Programa de Gestão Ambiental/PGA; Programa de Controle de Ruídos; Programa de Controle de Particulados e Programa de Monitoramento das Águas Superficiais, Subterrâneas e Efluentes.

- f) Para a operação da Estação de Tratamento de Efluentes/ETE, a empresa deve manter em seu arquivo relatórios relativos ao recebimento de efluentes externos, bem como, para atestar sua eficiência.
- g) Operação de sistema de drenagem pluvial em toda a unidade.
- h) Operação e manutenção dos seguintes controles ambientais para as células de resíduos classe "I", perigosos, a saber, execução das células de segurança com argila compactada com coeficiente de permeabilidade conforme indicado no projeto e dupla impermeabilização com manta de PEAD com espessura indicada no projeto; líquidos ou pastosos, deverão ser precedidos de pré-tratamento por solidificação e/ou inertização e/ou encapsulamento; coleta de líquido percolado com sistema independente de captação e armazenamento para posterior tratamento (tratamento interno ou externo) através de processos físico-químico e se necessário biológico ou através de processo de solidificação; manter sistema de drenagem de água pluviais; cercamento da área; dreno testemunho; controle dos processos erosivos nos taludes, passeios e acessos.
- i) Operação e manutenção dos seguintes controles ambientais para para disposição final de resíduos classes "IIA" e "IIB", não perigosos e não inertes e não perigosos e inertes, a saber, execução de aterro, com impermeabilização de laterais e fundo com manta de PEAD conforme a espessura indicada em projeto; resíduos líquidos ou pastosos, deverão ser precedidos de pré-tratamento por solidificação; coleta de líquido percolado, com sistema de drenagens no interior do maciço e sistema de transferência para lagoas de acumulação e equalização; tratamento de líquido percolado através de processo físico-químico e biológico; manter sistema de drenagem de água pluviais; controle dos processos erosivos nos taludes, passeios e acessos.
- j) Operação dos sistemas e equipamentos de controle ambiental de acordo com os padrões e normativas vigentes.
- k) Operação e manutenção dos seguintes controles ambientais para unidade de blendagem de resíduos sólidos, líquidos e pastosos para produção de combustíveis derivados de resíduos/CDR, a saber, manter sistema de drenagem de águas pluviais; cercamento da área; não poderá haver armazenamento de resíduos (pré ou pós tratamento) a céu aberto; rejeitos do processo deverão ter sua disposição final em aterro ou células de segurança (aterro classe I) de acordo com sua classificação.
- l) Se houver períodos em que a unidade de blendagem de resíduos esteja inoperante, sob manutenção corretiva ou preventiva, o empreendedor poderá proceder com a disposição final destes resíduos em aterro ou células de segurança (aterro classe I) de acordo com sua classificação, sendo autorizado a proceder o recebimento desses resíduos dentro dos requisitos de "armazenamento temporário", com posterior destinação à empresas devidamente licenciadas para tratamento através de blendagem de resíduos para fins de coprocessamento.
- m) Toda e qualquer movimentação de resíduos deverá ser executada utilizando o Sistema de Movimentação de Resíduos e Rejeitos do IMA, Sistema MTR, apresentando semestralmente a Declaração de Movimentação de Resíduos e Rejeitos (DMR), conforme estabelecido pela Portaria IMA nº. 21/2019.
- n) O recebimento de resíduos e efluentes oriundos de outros Estados para tratamento ou disposição final deve ser precedido de Autorização Ambiental, conforme Instrução Normativa IMA IN-61 - Destinação final de rejeitos e efluentes, considerados classes "I" e "IIA", oriundos de outros Estados, em aterros ou para tratamentos de efluentes, e Resolução CONSEMA nº. 098/2017 (códigos 71.60.09 ou 71.60.11).
- o) Apresentar semestralmente, em janeiro e julho, os relatórios dos Programas Ambientais, acompanhados da competente Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pelos mencionados programas.
- p) De acordo com o Programa de Monitoramento das Águas Superficiais, Subterrâneas e Efluentes o empreendedor deve apresentar, trimestralmente, o monitoramento do corpo receptor (Rio Massaranduba) do efluente tratado, dos seguintes parâmetros, coliformes termotolerantes, E. Coli, DBO5, DQO, fenol, oxigênio dissolvido, turbidez, cor verdadeira, pH, nitrogênio amoniacal total, nitrato, nitrito, fósforo total, ferro dissolvido, alumínio dissolvido, bário total, cobre dissolvido, cádmio total, chumbo total, cianeto livre, mercúrio total, manganês total e zinco total. As análises devem ser executadas à jusante (PA1) e à montante do ponto de lançamento (PA2). Os valores dos parâmetros analisados devem ser comparados com os padrões previstos na Resolução CONAMA nº. 357/2005, quando aplicável, para a classe do corpo receptor. Os procedimentos de coleta e análise deverão ser desenvolvidos por profissional habilitado e laboratórios reconhecidos pelo IMA, em conformidade com as normas técnicas da ABNT vigentes, acompanhadas da competente Anotação de Responsabilidade Técnica/ART.
- r) Monitoramento do Rio 7 de Janeiro, devendo o empreendedor apresentar ao IMA, trimestralmente, relatórios com resultados de análises dos seguintes parâmetros, coliformes termotolerantes, E. Coli, DBO5, DQO, fenol, oxigênio dissolvido, turbidez, cor verdadeira, pH, nitrogênio amoniacal total, nitrato, nitrito, fósforo total, ferro dissolvido, alumínio dissolvido, bário total, cobre dissolvido, cádmio total, chumbo total, cianeto livre, mercúrio total, manganês total e zinco total. As análises devem ser executadas nos pontos (PA5) e (PA6). Os valores dos parâmetros analisados devem ser comparados com os padrões previstos na Resolução CONAMA nº. 357/2005, quando aplicável. Os procedimentos de coleta e análise deverão ser desenvolvidos por profissional habilitado e laboratórios reconhecidos pelo IMA, em conformidade com as normas técnicas da ABNT vigentes, acompanhadas da competente Anotação de

Responsabilidade Técnica/ART.

s) Monitoramento do córrego do Rio Grande, devendo o empreendedor apresentar ao IMA, trimestralmente, relatórios com resultados de análises dos seguintes parâmetros, coliformes termotolerantes, E. Coli, DBO5, DQO, fenol, oxigênio dissolvido, turbidez, cor verdadeira, pH, nitrogênio amoniacal total, nitrato, nitrito, fósforo total, ferro dissolvido, alumínio dissolvido, bário total, cobre dissolvido, cádmio total, chumbo total, cianeto livre, mercúrio total, manganês total e zinco total. As análises devem ser executadas no ponto (PA4) localizado à jusante. As análises devem ser executadas nos pontos (PA5) e (PA6) localizados à jusante. Os valores dos parâmetros analisados devem ser comparados com os padrões previstos na Resolução CONAMA n°. 357/2005, quando aplicável. Os procedimentos de coleta e análise deverão ser desenvolvidos por profissional habilitado e laboratórios reconhecidos pelo IMA, em conformidade com as normas técnicas da ABNT vigentes, acompanhadas da competente Anotação de Responsabilidade Técnica/ART.

t) Monitoramento das águas subterrâneas, devendo o empreendedor apresentar ao IMA, semestralmente, relatórios com resultados de análises dos seguintes parâmetros, alumínio dissolvido, bário total, cobre dissolvido, cádmio total, chumbo total, cianeto livre, DBO5, nitrogênio amoniacal total, fósforo total, nitrito, nitrato, sulfato, coliformes termotolerantes, pH, E. Coli e oxigênio dissolvido, mercúrio total, manganês total e zinco total. As análises devem ser executadas em três pontos localizados à jusante (PM01), (PM04) e à montante (PM02). Os valores dos parâmetros analisados devem ser comparados com os padrões previstos na Resolução CONAMA n°. 396/2008. Os procedimentos de coleta e análise deverão ser desenvolvidos por profissional habilitado e laboratórios reconhecidos pelo IMA, em conformidade com as normas técnicas da ABNT vigentes, acompanhadas da competente Anotação de Responsabilidade Técnica/ART.

u) Monitoramento dos efluentes tratados na estação de tratamento/ETE, devendo o empreendedor apresentar ao IMA, mensalmente, relatórios com resultados de análises dos efluentes bruto e tratado, dos seguintes parâmetros, DBO5, DQO, dicloroetano, alumínio, arsênio total, bário total, cádmio total, chumbo total, cianeto livre, cianeto total, clorofórmio, cobre dissolvido, coliformes termotolerantes, E. Coli, compostos carbamatos, compostos organoclorados, compostos organofosforados, cromo hexavalente, cromo trivalente, estanho total, fenol, ferro dissolvido, fluoreto total, fósforo total, manganês dissolvido, materiais flutuantes, mercúrio total, níquel total, nitrato, nitrito, nitrogênio amoniacal, nitrogênio total, óleos minerais, óleos vegetais e gorduras animais, pH, prata total, selênio total, sulfeto, surfactantes aniônicos, tetracloreto de carbono, toxicidade aguda Daphnia magna, toxicidade aguda Vibrio fischeri, Tricloroetano, turbidez, vazão e zinco total. Os valores dos parâmetros analisados devem ser comparados, quando houver, com os padrões previstos na Resolução CONAMA n°. 430/2011 e na Resolução CONSEMA 181/2021, sempre levando em consideração a legislação mais restritiva. Os procedimentos de coleta e análise deverão ser desenvolvidos por profissional habilitado e laboratórios reconhecidos pelo IMA, em conformidade com as normas técnicas da ABNT vigentes, acompanhadas da competente Anotação de Responsabilidade Técnica/ART.

v) Na instalação das unidades de consumidor final de combustíveis líquidos, utilizando 01 (um) tanque de aço carbono de parede simples metálica, horizontal bi-apoiado, segundo norma técnica brasileira ABNT/NBR 13.312, na condição aéreo, com volume nominal de 15.000 litros para o armazenamento de óleo diesel interior, o empreendedor deverá atender os preceitos da Resolução CONAMA n°. 273/2000, da Instrução Normativa IMA IN-48 e de normas técnicas aplicáveis.

w) O empreendedor deverá apresentar ao IMA, anualmente, relatório técnico com as análises laboratoriais da amostragem de chaminé da unidade de tratamento térmico, incinerador, para os seguintes parâmetros, material particulado, ácido clorídrico, cloro livre, monóxido de carbono, dióxido de enxofre, monóxido de nitrogênio, metais (cádmio, mercúrio, tálio, arsênio, cobalto, níquel, telúrio, selênio, antimônio, chumbo, cromo, cobre, estanho, flúor, manganês, platina, paládio, ródio e vanádio), dioxinas e furanos. Os procedimentos de coleta e análise deverão ser desenvolvidos por profissional habilitado e laboratórios acreditados pelo INMETRO, em conformidade com as normas técnicas da ABNT vigentes, acompanhadas da competente Anotação de Responsabilidade Técnica/ART. Se houver período contínuo superior a 01 (um) ano em que o sistema de tratamento térmico de resíduos estiver inoperante, sob manutenção corretiva ou preventiva, o empreendedor estará dispensado da apresentação dos laudos de análises laboratoriais de amostragem de chaminé. Neste caso o empreendedor fica autorizado a proceder o recebimento desses resíduos dentro dos requisitos de "armazenamento temporário", com posterior destinação à empresas devidamente licenciadas no tratamento térmico de resíduos por incineração.

x) Os níveis de pressão sonora, produção de ruídos resultante das atividades inerentes ao tratamento dos resíduos, deverão manter seus limites externos dentro dos padrões estabelecidos na Norma Técnica Brasileira ABNT/NBR 10151 e zoneamento arbitrado pela municipalidade, onde aplicável, dentro do Programa de Controle de Ruídos.

y) Os odores característicos, resultante de atividades inerentes ao tratamento dos resíduos, deverão ser controlados, de modo a não serem percebidos em áreas extra empreendimento, dentro do Programa de Gestão Ambiental/PGA.

z) A produção de material particulado, poeiras resultante da movimentação e cobertura dos resíduos,

deverão ser controladas, de modo a não serem carreados para áreas externas ao empreendimento, dentro do Programa de Controle de Particulados.

3.) Em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 18, da Resolução CONAMA nº. 237/1997, a renovação desta Licença Ambiental de Operação/LAO, deverá ser requerida com uma antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade.

Documentos em anexo

Nada consta.

Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO E/OU DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS

Nº: 72/2022

GTA - GESTÃO AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.813.163/0001-44, com sede no Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, na Av Martin Luther, nº 111, Victor Konder, CEP 89.012-010, neste ato devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**; e

MOMENTO ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.904.606/0001-51, com sede no Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, na Rua Paulo Litzberger, nº 1.400, Vila Itoupava, CEP 89075-335, neste ato devidamente representada na forma de seus atos constitutivos, doravante referida como **CONTRATADA**.

CONTRATANTE e **CONTRATADA** serão denominadas individualmente “Parte” e conjuntamente “Partes”.

As Partes têm entre si justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços de Tratamento e/ou Destinação Final de Resíduos (o “Contrato”), o qual vigorará de acordo com as disposições adiante estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES

1.1. Para fins do presente Contrato, as palavras abaixo relacionadas terão os significados ora descritos, quando transcritas com a primeira letra maiúscula e as demais minúsculas, sendo elas redigidas no singular ou no plural:

i) **Aterro ou Local de Destinação Final**: Consiste no local identificado no Anexo I deste Contrato, de responsabilidade da **CONTRATADA** concebido e devidamente licenciado por ela para receber e para proceder ao tratamento e/ou à destinação final de resíduos gerados pela atividade humana, incluindo as atividades industriais, conforme o caso;

ii) **Anexo I**: Documento anexo ao presente Contrato e devidamente assinado pelas Partes, no qual constam devidamente especificados (i) os serviços a serem realizados pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**; (ii) o Local do Tratamento e/ou da Destinação Final; (iii) Tipo, Classe, Densidade e Estado Físico dos Resíduos que serão encaminhados pela **CONTRATANTE** até o Local de Destinação Final; (iv) Forma de acondicionamento dos Resíduos; (v) Quantitativo estimado a ser enviado pela **CONTRATANTE** ao Local de Destinação Final; (vi) Tecnologia empregada pela **CONTRATADA** para proceder à destinação final e/ou ao tratamento e destinação final do Resíduo encaminhado; e (vii) Precificação, por tonelada de Resíduo enviada ao Local de Destinação Final.

iii) **Resíduo ou Resíduos**: Consiste(m) em todo o produto da atividade humana, nos estados sólido, semi-sólido ou líquido e que é(são) descartado(s) pelo gerador/proprietário. Poderão ser Resíduos Classe I - Perigoso, e/ou Resíduos Não Perigosos de Classe II A - Resíduo Não Inerte e/ou Resíduos Classe II B - Resíduo Inerte, mencionados individual ou coletivamente, assim enquadrado com base nas classificações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, em razão de suas propriedades e características. Encontram-se devidamente especificados no Anexo – I deste Contrato, limitando-se, assim, o objeto deste Contrato exclusivamente aos Resíduos ali indicados.



iv) Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR): Documento de controle de expedição, transporte e recepção de Resíduos, cuja emissão é de responsabilidade da empresa/fonte geradora ou proprietária dos Resíduos, obrigatoriamente através de sistema online do IMA-SC - <http://mtr.ima.sc.gov.br/>, no qual deverão estar claramente descritas as características dos Resíduos Sólidos encaminhados, a Classe a que pertencem, Código do IBAMA, Código Comercial, dados do gerador e do transportador e demais campos, conforme SC - FATMA - Portaria nº 242 de 1/12/2014 (complementada pela Portaria nº 162 de 2/6/2015); SC - FATMA - Portaria nº 272 de 3/11/2015. A apresentação do referido documento, além de ser obrigatória para a empresa transportadora, é condicionante ao recebimento dos Resíduos pela **CONTRATADA** em seu Local de Destinação Final.

v) Certificado de Destinação Final: Documento emitido pela **CONTRATADA** através do sistema online do IMA-SC, atestando o tratamento e/ou disposição final, discriminando o gerador, o qualitativo e o quantitativo dos Resíduos, bem como o período em que estes foram destinados, tudo em conformidade com as informações declaradas no MTR.

vi) Aviso de Ocorrência: Documento lavrado por funcionário da **CONTRATADA** e vistado pelo condutor do veículo transportador encaminhado ao Local de Destinação Final pela **CONTRATANTE**, toda a vez em que for identificada a presença de Resíduo não coincidente com os Resíduos descritos no Anexo – I ou que for identificada alguma outra eventual irregularidade com os resíduos, com o transporte ou com o acondicionamento, com regras de segurança ou outros.

vii) Medição: Procedimento pelo qual é realizada a pesagem da quantidade de Resíduos destinados, realizada com base na diferença de peso entre o veículo cheio, quando do ingresso no Local de Destinação Final, e o veículo vazio, após o descarte do Resíduo. A medição será calculada pela balança rodoviária instalada no Local de Destinação Final e anotada pelo funcionário da **CONTRATADA** em documento próprio para tal.

viii) Ticket: Documento no qual será anotado o resultado da medição calculada pela balança rodoviária, devendo ser vistado pelo funcionário motorista do veículo transportador, ato este desde já autorizado expressamente pela **CONTRATANTE**. O Ticket será emitido em 02 (duas) vias, sendo 01 (uma) via da **CONTRATANTE**, entregue ao motorista do veículo transportador, e 01 (uma) via da **CONTRATADA**.

DS
BL

DS
ED

DS
HY

DS
BF

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. Consiste objeto deste Contrato a prestação dos serviços, pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, de tratamento e/ou de destinação final dos Resíduos discriminados no Anexo – I, os quais serão realizados exclusivamente em relação aos Resíduos indicados no referido anexo, gerados e/ou transportados pela **CONTRATANTE** e entregues no Local de Destinação Final da **CONTRATADA**. Caso a **CONTRATADA** seja responsável pelo transporte dos resíduos, essa informação, bem como as condições comerciais, estarão estabelecidas no Anexo – I.

2.2. A **CONTRATADA** declara deter todas as licenças ambientais competentes para o regular desempenho dos serviços ora contratados.

2.3. Considerando que o objetivo esperado deste Contrato é a realização, pela **CONTRATADA**, do correto tratamento e/ou destinação final dos Resíduos encaminhados pela **CONTRATANTE**, fica desde já justo e acertado entre as Partes que, na hipótese de os citados Resíduos serem aprovados por parecer técnico para receberem diferenciadas aplicações de tecnologias pré-tratamento e tratamento, a **CONTRATADA** poderá assim proceder de imediato,

independentemente de prévia comunicação à **CONTRATANTE**, com o que esta desde já declara estar ciente e de acordo.

2.3.1. Se em razão da aplicação das tecnologias diferenciadas a que se refere o item 2.3 retro, houver necessidade de novo ajuste comercial e de preços entre as Partes, a **CONTRATANTE** será previamente contatada pela **CONTRATADA**, para aprovação.

2.4. Fica desde já justo e estabelecido entre as Partes que a utilização desse Contrato como escopo técnico em licitações públicas, somente será válido mediante autorização formal e individualizada da **CONTRATADA**, na qual constará o ente público gerador do resíduo em questão.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO, REAJUSTE, FORMA DE PAGAMENTO E MEDIÇÃO

3.1. Em contraprestação aos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o preço descrito no Anexo – I.

DS
BL

3.2. As Partes declaram que o preço ora ajustado inclui todas as despesas incidentes à época da assinatura deste Contrato, salvo as que restarem expressamente excetuadas neste Contrato.

DS
ED

3.3. O preço da prestação do serviço será corrigido monetariamente, com base na variação positiva do IGP-M/FGV, anual e automaticamente. Em caso de extinção do IGP-M/FGV, as Partes se valerão do índice oficial que vier a substituí-lo.

DS
HY

3.4. Se durante a vigência do Contrato ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da **CONTRATADA**, o Preço será revisado proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, mediante comunicado a ser encaminhada pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis de sua aplicação.

DS
BF

3.5. Caso sobrevenha, durante a vigência deste Contrato, fatores que onerem a **CONTRATADA** em relação às circunstâncias em que o presente Contrato foi firmado, tais como negociação coletiva da categoria de funcionários da **CONTRATADA**, aumento do preço de combustíveis e maquinário utilizado na prestação de serviços pela **CONTRATADA** ou outro fator que afete as condições comerciais nas quais o presente Contrato foi celebrado, os preços serão reequilibrados, mediante acordo entre as Partes e assinatura de correspondente Termo Aditivo.

3.6. A **CONTRATADA** emitirá faturas com a periodicidade informada no Anexo – I, observando-se, para tanto, a medição da quantidade de Resíduos recebidos no Local de Destinação Final neste período, de acordo com o estabelecido na Cláusula Primeira, item “vii” deste Contrato.

3.6.1. Não obstante a medição da quantidade de Resíduos destinada, as Partes estabelecem um valor mínimo de faturamento, informado no ANEXO – I, o qual deverá ser pago pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, mesmo em caso de a medição apresentar valor inferior ao mínimo de pagamento aqui indicado.

3.7. Ao final de cada período de faturamento, informado no Anexo – I, a **CONTRATADA** encaminhará Fatura cobrando o maior valor entre o preço mínimo, também informado no Anexo – I, e o preço resultante da soma de todas as cargas, conforme Cláusula Primeira, item “vii”. – neste último caso, de acordo com as constatações de peso verificadas na balança rodoviária instalada no Local de Destinação Final.

3.7.1. A **CONTRATANTE**, quando solicitado prazo para aprovação da medição, terá o prazo máximo de 04 (quatro) dias úteis, a contar da data do recebimento da referida medição, para questioná-la e/ou pedir eventuais correções. Ultrapassado tal prazo sem manifestação da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** estará autorizada a emitir a competente nota fiscal fatura e boleto bancário.

3.7.2. É de responsabilidade da **CONTRATANTE**, ainda, manter o endereço de e-mail informado à **CONTRATADA**, sempre devidamente atualizado, comunicando à **CONTRATADA** quaisquer eventuais alterações, sob pena de serem consideradas entregues as mensagens e as medições de serviço enviadas ao e-mail inicialmente informado pela **CONTRATANTE**. As alterações no endereço de e-mail da **CONTRATANTE** deverão ser informadas à **CONTRATADA** pelo e-mail [br-comunicacao.cgrblumenau@veolia.com] com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da data programada para o envio da medição de serviços do mês seguinte.

3.8. O pagamento deverá ser efetuado por meio de Boleto Bancário, no prazo informado no Anexo – I. Ocorrendo atraso no pagamento, a **CONTRATANTE** deverá arcar com multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do débito, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária com base do IGP-M/FGV, calculada *pro rata die*, sem prejuízo da faculdade da **CONTRATADA**, a qualquer momento, suspender a prestação dos serviços e/ou, caso o atraso seja igual ou superior a 15 (quinze) dias, rescindir de imediato este Contrato.

3.9. Além das medidas aludidas no item supra, o inadimplemento da **CONTRATANTE** concederá à **CONTRATADA** a possibilidade de protestar a **CONTRATANTE** perante o Cartório de Protesto de Títulos competente, de proceder ao ajuizamento de medidas judiciais competentes para o recebimento do débito em mora, bem como ao fechamento da balança do Local de Destinação Final para os caminhões que transportem Resíduos da **CONTRATANTE**.

3.10. Todas as faturas mensais incluem o valor correspondente a R\$ 1,10 (um real e dez centavos) por tonelada, referente à manutenção do Centro Cultural da Vila Itoupava, obrigação prevista nas exigências oficiais para recebimento de resíduos no Local de Destinação Final de Resíduos, CGR - Blumenau, constituindo-se cumprimento de responsabilidade social pelo **CONTRATANTE** e pela **CONTRATADA**.

3.11. Para acesso da **CONTRATANTE** as suas Notas Fiscais e Boletos, bem como solicitação de segunda via dos documentos, a **CONTRATADA** disponibilizará à **CONTRATANTE** acesso à Plataforma VEOCOB, conforme as Orientações de Acesso à Plataforma VEOCOB dispostas no Anexo II do presente Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS NO LOCAL DE DESTINAÇÃO FINAL

4.1. A destinação dos Resíduos pela **CONTRATANTE** deverá ocorrer apenas nos dias e horário de funcionamento do Local de Destinação Final, os quais deverão ser por ela previamente consultados junto à **CONTRATADA**.



4.2. Os transportadores, tanto na ocasião em que o transporte seja realizado diretamente pela **CONTRATANTE** ou mesmo em caso que seja realizado por terceiros por ela contratados, deverão ser previamente cadastrados perante a **CONTRATADA**, disponibilizando-se, dentre outras informações mencionadas à época, a relação dos veículos transportadores utilizados para o transporte até o Local de Destinação Final, contendo a marca, o tipo de veículo, a capacidade de carga, tara, placa e ano de fabricação.

4.3. A **CONTRATANTE** será a responsável por providenciar e disponibilizar à **CONTRATADA** as informações para o cadastramento mencionado na Cláusula anterior, mesmo em caso de terceirização do transporte, e a manter atualizadas as informações relacionadas no cadastro, estando desde já ciente que, por motivos de segurança, a **CONTRATADA** poderá negar a entrada de empresa transportadora que não esteja previamente cadastrada e que não tenha cadastrado previamente todos os veículos encaminhados ao Local de Destinação Final.

4.3.1. Caso o transporte seja de responsabilidade da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** não será obrigada a apresentar as informações estabelecidas nos itens 4.2 e 4.3 acima.

4.4. Além do cadastramento prévio, o veículo transportador fica obrigado a apresentar à **CONTRATADA** 01 (uma) via do MTR – Manifesto de Transporte de Resíduos.

4.5. Após ingresso no Local de Destinação Final do veículo transportador encaminhado pela **CONTRATANTE**, um funcionário da **CONTRATADA** realizará, a seu exclusivo critério, inspeção visual dos Resíduos nele transportados.

4.5.1. No momento da inspeção visual, a **CONTRATADA** poderá, a seu exclusivo critério, realizar a retirada de amostra de alguns Resíduos para fins de análise em laboratório, de forma a se certificar acerca do cumprimento deste Contrato por parte da **CONTRATANTE**, constatando se o Resíduo transportado é apenas aquele descrito no Anexo – I.

4.5.2. Durante o período de análise laboratorial, o veículo transportador encaminhado pela **CONTRATANTE** permanecerá em local sinalizado aguardando o resultado de conformidade do laboratório da **CONTRATADA**. Se a conformidade for positiva, o veículo prosseguirá com a descarga.

4.5.3. Caso o resultado de laboratório constate conformidade negativa, ou seja, que os Resíduos transportados não são os Resíduos descritos no Anexo – I, ou ainda que descritos no Anexo – I, que mencionados Resíduos apresentam características físico-químicas diferentes daquelas conhecidas e acordadas entre as partes (o que será verificado por meio de amostras ou por análises laboratoriais prévias), as Partes desde já ajustam proceder da seguinte forma:

a) se os Resíduos não constarem do rol de Resíduos admitidos para tratamento e/ou destinação final do Local de Destinação Final da **CONTRATADA**, será lavrado Aviso de Ocorrência, o veículo transportador terá o acesso ao local de descarga negado;

a.1) caso o transportador da **CONTRATANTE** se recuse a devolver no estabelecimento dela referidos Resíduos, a **CONTRATADA** providenciará a devolução destes à **CONTRATANTE** e o custo deste transporte será cobrado contra a **CONTRATANTE**, na próxima Fatura a ser encaminhada;

b) se for detectado que parte ou todo Resíduo destinado consiste em Resíduo admitido à destinação final no Local de Destinação Final da **CONTRATADA** mas que não esteja descrito



DS
BL

DS
ED

DS
HY

DS
BF

no Anexo – I, a **CONTRATADA**, a seu exclusivo critério, poderá aceitar a destinação deste Resíduo não descrito no Anexo – I, mediante a cobrança do preço por ela praticado para este tipo de Resíduo à época da destinação, alinhando previamente as questões comerciais com a **CONTRATANTE**, ou recusar a destinação de todo o Resíduo transportado, ainda que parte dele seja Resíduo descrito no Anexo – I;

c) Caso se identifique ocorrer mescla entre Resíduos, estando ou não descritos no Anexo – I, sem que haja a separação física que permita o descarregamento e a pesagem individual dos Resíduos, e a **CONTRATADA** decida aceitar destinar estes Resíduos em seu Local de Destinação Final, para fins deste Contrato o veículo transportador será pesado considerando-se transportar apenas o Resíduo de maior valor, aplicando-se o preço praticado pela **CONTRATADA** para este Resíduo na época em que o veículo transportador encaminhou o mencionado Resíduo ao Local de Destinação Final.

4.6. Não ocorrendo fatores impeditivos do recebimento dos Resíduos destinados pela **CONTRATANTE**, nos termos do procedimento retro mencionado, posteriormente, o veículo transportador será encaminhado ao local de descarte, de acordo com as instruções de funcionário da **CONTRATADA**.

4.7. Nesta etapa, a **CONTRATADA** terá um funcionário devidamente treinado para acompanhar o descarte do Resíduo. Caso este funcionário detecte a existência de Resíduo não coincidente com o Resíduo descrito no Anexo – I, o procedimento de descarte deverá ser imediatamente interrompido, será lavrado Aviso de Ocorrência e o Resíduo será devolvido para o veículo transportador.

4.7.1. Ato contínuo o veículo transportador da **CONTRATANTE** deverá se dirigir para o local indicado pela **CONTRATADA**, com a finalidade de ser realizada a retirada de alguns Resíduos para a amostragem em laboratório.

4.7.2. Caso o resultado de laboratório constate conformidade negativa, ou seja, que os Resíduos transportados não são os Resíduos descritos no Anexo – I, as Partes desde já ajustam proceder de acordo com os procedimentos constantes da Cláusula 4.5.3, alíneas “a” a “c” retro.

4.8. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, conforme artigo 393 do Código Civil, as atividades do Local de Destinação Final ficarão suspensas enquanto perdurar o evento que as ocasionou, não podendo ser reivindicado qualquer direito ou obrigação perante a **CONTRATADA** em função deste acontecimento.

4.9. Quando do envio dos Resíduos pela **CONTRATANTE** ao Local de Destinação Final, todos os tambores metálicos e/ou bombonas plásticas deverão estar devidamente identificados, bem como deverão estar totalmente descaracterizados de qualquer etiqueta ou logotipo.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Consistem obrigações da **CONTRATANTE**:

a) transportar ou providenciar o transporte dos Resíduos até o Local de Destinação Final da **CONTRATADA**, responsabilizando-se para que seja realizado de acordo com a legislação vigente e com as orientações da **CONTRATADA**, tanto em relação ao transporte como em relação à acomodação dos Resíduos, isentando a **CONTRATADA** de qualquer



responsabilidade nesse sentido. Esta disposição não será aplicável quando o Anexo – I deste Contrato prever também a contratação dos serviços de transporte de Resíduos;

b) entregar, no momento de ingresso no Local de Destinação Final da **CONTRATADA**, o Manifesto de Transporte de Resíduos devidamente preenchido e assinado na forma da legislação em vigor, assim como todo e qualquer outro documento eventualmente exigido pelos órgãos ambientais competentes;

c) destinar no Local de Destinação Final da **CONTRATADA** apenas e exclusivamente os Resíduos descritos no Anexo – I deste Contrato, responsabilizando-se pelas consequências e custos decorrentes da entrega de Resíduos que não se enquadrem nestas características;

d) efetuar os pagamentos do preço na forma, prazo e de acordo com os valores previstos neste Contrato;

e) arcar com os prejuízos causados à **CONTRATADA** por atos omissivos ou comissivos, de seus prepostos, funcionários, sócios ou prestadores de serviços, estes últimos no caso de transporte realizado sob esta modalidade;

f) instruir o condutor do veículo que destinará os Resíduos em relação ao procedimento de Medição das quantidades de Resíduos destinadas e todos os demais procedimentos previstos neste Contrato;

g) responsabilizar-se para que os transportadores por ela utilizados estejam devidamente habilitados, de acordo com a legislação trabalhista, ambiental e de trânsito, bem como que respeitem as normas internas de procedimento e segurança do trabalho da **CONTRATADA**, incluindo o uso de EPIs, cientificando-os, ainda, de antemão, ser terminantemente proibido o abandono do veículo quando no interior do Local de Destinação Final;

h) encaminhar, caso aplicável, quando solicitado pela **CONTRATADA**, relação dos clientes nos quais realiza coleta de Resíduos A **CONTRATADA**, contendo tipo e quantidades de cada um dos clientes;

i) tomar todas as precauções e cuidados a fim de garantir a segurança da mão de obra envolvida (motoristas, operadores, etc.), dos veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas, utensílios, materiais e acessórios, durante a execução dos Serviços de descarga dos Resíduos no interior do Local de Destinação Final, respondendo por quaisquer danos, materiais, morais ou pessoais, que ocorrerem no decorrer da execução destes Serviços, inclusive perante terceiros.

5.2. A CONTRATANTE compromete-se ainda a informar à **CONTRATADA** a respeito de qualquer proposta recebida pela **CONTRATANTE** por empresa do mesmo segmento da **CONTRATADA** para a prestação dos serviços objeto deste Contrato, oferecendo à **CONTRATADA** a oportunidade de cobrir as ofertas recebidas de concorrentes antes de qualquer aceite por sua parte.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Consistem obrigações da **CONTRATADA**:

a) prestar os serviços ora contratados de acordo com a legislação vigente, especialmente a ambiental;

b) deter e manter a atualizadas as licenças de sua competência, para o exercício regular de suas atividades;

c) fornecer aos seus colaboradores EPIs – Equipamento de Proteção Individual, nos termos da legislação vigente;

d) recusar, a seu exclusivo critério, o recebimento de Resíduos que estejam acomodados em desacordo com a legislação ambiental vigente e/ou que não sejam aqueles descritos no Anexo – I;



DS
BL

DS
ED

DS
HY

DS
BF

- e) recusar o recebimento de Resíduos que não estejam contemplados na licença ambiental do Local de Destinação Final;
- f) em caso de não-recebimento do Resíduo destinado pela **CONTRATANTE**, comunicar por meio de Aviso de Ocorrência, a data e o motivo do não-recebimento;
- g) encaminhar e/ou disponibilizar à **CONTRATANTE**, quando por esta expressamente solicitado e desde que os pagamentos estejam em dia, o Certificado de Destinação Final dos Resíduos que forem regularmente tratados e/ou destinados no Local de Destinação Final, relativo a, no máximo, os 30 (trinta) dias anteriores à data da solicitação.

6.2. A **CONTRATADA** não será responsável perante a **CONTRATANTE** por nenhum dano indireto, lucros cessantes ou perda de produção, podendo apenas ser eventualmente responsabilizada pelos danos diretos e penalidades a que der causa, limitados a 100% (cem por cento) do faturamento anual do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA

7.1. A **CONTRATANTE** não possui qualquer vínculo empregatício com os colaboradores (funcionários e prestadores de serviços) da **CONTRATADA**, sendo que, caso sobrevenha qualquer reclamação trabalhista em razão do descumprimento das obrigações decorrentes do vínculo empregatício entre a **CONTRATADA** e seus colaboradores, a **CONTRATADA** se obriga a ingressar na reclamação trabalhista requerendo a exclusão da **CONTRATANTE** do pólo passivo e, caso este pedido não seja deferido, a sua manutenção no pólo passivo da reclamação trabalhista até o deslinde do feito.

7.2. Caso ocorra a situação descrita no item anterior e o magistrado competente não defira a exclusão da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** se obriga a seguir na reclamação trabalhista e, ao final, assumir o pagamento de eventual condenação.

7.3. Igual responsabilidade pelo pagamento de eventual condenação trabalhista terá a **CONTRATADA**, caso esta não tenha o seu pedido deferido de composição do pólo passivo isolada ou conjuntamente com a **CONTRATANTE**. Neste caso, a **CONTRATADA** deverá ressarcir a **CONTRATANTE**, no prazo de até 10 (dias) úteis da comunicação de pagamento da condenação, a qual deverá ser encaminhada por escrito, com o comprovante de entrega e a prova de pagamento.

7.4. Tendo em vista as obrigações de pagamento contidas nesta cláusula, a **CONTRATANTE** se obriga a não celebrar qualquer acordo, confissão ou reconhecimento do pedido na reclamação trabalhista, sem antes obter a anuência prévia e por escrito da **CONTRATADA**.

7.5. Caso a obrigação descrita no item 7.4. acima não seja cumprida, a Partes pactuam desde já que a **CONTRATADA** ficará desobrigada de arcar com os pagamentos mencionados nesta cláusula.

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO E RESOLUÇÃO

8.1. Este Contrato é firmado por prazo determinado de 12 (doze) meses, com início na presente data de assinatura, renováveis automaticamente por períodos iguais e sucessivos, por um período máximo de até 60 (sessenta) meses, salvo se acordado o oposto pelas Partes.

8.2. O presente Contrato poderá ser resilido, imotivadamente, por quaisquer das Partes, mediante envio de notificação pelo correio com comprovante de entrega, com 30 (trinta) dias de



antecedência, a contar da data do recebimento, sem prejuízo de que a **CONTRATADA** receba todos os valores devidos pela **CONTRATANTE** em razão dos serviços prestados até o momento da rescisão e durante o período rescisório.

8.2.1. Considerando os investimentos realizados pela **CONTRATADA** para a prestação dos serviços objeto deste Contrato, fica desde já estabelecido entre as Partes que no caso de rescisão imotivada deste Contrato por parte da **CONTRATANTE**, dentro do prazo estabelecido na cláusula 8.1 acima, será aplicada uma multa não compensatória calculada conforme escalonamento abaixo:

- a) No caso de rescisão durante o primeiro ano de vigência do Contrato, multa correspondente à 50% (cinquenta) da Expectativa de Faturamento Anual;
- b) No caso de rescisão durante o segundo ano de vigência do Contrato, multa correspondente à 40% (quarenta) da Expectativa de Faturamento Anual;
- c) No caso de rescisão durante o terceiro ano de vigência do Contrato, multa correspondente à 30% (trinta) da Expectativa de Faturamento Anual;
- d) No caso de rescisão durante o quarto ano de vigência do Contrato, multa correspondente à 20% (vinte) da Expectativa de Faturamento Anual;
- e) No caso de rescisão durante o quinto ano de vigência do Contrato, multa correspondente à 10% (dez) da Expectativa de Faturamento Anual.

8.2.1.1. Para fins do disposto na Cláusula 8.2.1. acima, por Expectativa de Faturamento Anual entende-se o valor total calculado com base nos preços e quantitativos mensais estabelecidos no Anexo I deste Contrato, multiplicados por 12 (doze) meses.

8.3. O presente Contrato poderá ser motivadamente resolvido de imediato, a exclusivo critério das Partes, a qualquer tempo, independentemente de aviso ou notificação, nas seguintes hipóteses:

- a) destinação, pela **CONTRATANTE**, de Resíduos no Local de Destinação Final da **CONTRATADA** que não correspondam às especificações dos Resíduos descritos no Anexo – I;
- b) atraso no pagamento de qualquer fatura da **CONTRATADA**, por prazo igual ou superior a 15 (quinze) dias;
- c) recuperação judicial ou extrajudicial, declaração de insolvência ou decretação de falência de qualquer das Partes;
- d) descumprimento de qualquer das disposições previstas neste Contrato, não sanada pela Parte infratora após o prazo de até 8 (oito) dias da data que comunicar a infração, comunicação esta que deverá ser efetivada por escrito e com comprovante de entrega;
- e) não envio, pela **CONTRATANTE**, dos Resíduos indicados no Anexo – I, na quantidade ali prevista, ao Local de Destinação Final, durante um período igual ou superior a 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste Contrato ou da última destinação de Resíduos, o que acontecer por último, sem prejuízo do quanto disposto no item 9.3 adiante deste Contrato.

8.3.1. Ocorrendo a rescisão do presente Contrato, a referida rescisão será comunicada por escrito aos órgãos ambientais IMA e SEMMA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade), quando se informará também nas hipóteses em que os resíduos não foram destinados ao Local de Destinação Final.

8.4. Na hipótese de rescisão motivada deste Contrato por infração contratual, nos termos do



item 8.3 retro, a Parte infratora, conforme o caso, ficará obrigada a pagar à outra Parte multa não compensatória equivalente a 3 (três) vezes o mês de maior faturamento, considerando o período dos últimos 12 (doze) meses anteriores à rescisão.

CLÁUSULA NONA – CONFIDENCIALIDADE

9.1. As Partes se obrigam a não divulgar quaisquer informações obtidas por meio deste Contrato, principalmente no que se refere às condições comerciais, a terceiros estranhos à prestação do serviço ora **CONTRATADA**, sob pena da Parte infratora pagar multa equivalente ao valor médio do faturamento das 04 (quatro) últimas medições à Parte inocente.

9.2. A obrigação de confidencialidade não se aplica para as hipóteses de informações e fornecimento de documentos para o Poder Público ou para a apresentação em juízo do presente Contrato, de forma a fazer valer o direito das Partes ora pactuado, tampouco para a hipótese prevista no item 9.3 adiante.

9.3. Caso a **CONTRATANTE** não envie os Resíduos indicados no Anexo – I, na quantidade ali prevista, durante um período igual ou superior a 6 (seis) meses, a contar da assinatura deste Contrato ou da última destinação de Resíduos, o que acontecer por último, a **CONTRATADA** poderá comunicar tal fato ao(s) órgão(s) ambiental(ais) responsável(eis), informando-o(s) por escrito o período durante o qual não houve o encaminhamento dos Resíduos indicados no Anexo – I ao Local de Destinação Final.

CLÁUSULA DÉCIMA – ANTICORRUPÇÃO

10.1. Ao executar os termos deste Contrato, as Partes comprometem-se a cumprir rigorosamente as leis vigentes que proíbem o suborno de funcionários públicos ou particulares, corrupção, tráfico de influência e lavagem de dinheiro, especialmente em casos de contratação com o poder público. Tais leis incluem: i) Lei dos Estados Unidos sobre Práticas de Corrupção no Exterior de 1977 (*FCPA – Foreign Corrupt Practices Act*); ii) Lei Antissuborno do Reino Unido (*UK Bribery Act*, 2010); iii) Lei Anticorrupção Francesa de 2016 (*“Sapin”*); iv) Convenção da OCDE sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (1997); v) Código Penal Brasileiro (Decreto Lei nº 2.848/40); vi) Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/2013) e Decreto Federal nº 8.420/15 que a regulamenta; e vii) Lei de Improbidade (Lei nº 8.429/92).

10.2. A **CONTRATANTE** declara que, nos termos deste Contrato e de acordo com seu conhecimento, seus representantes legais, diretores, funcionários e/ou agentes, não oferecerão e não irão, direta ou indiretamente, dar, concordar em dar, autorizar, solicitar, ou aceitar doação de dinheiro ou qualquer outro benefício ou conceder qualquer vantagem ou presente a qualquer pessoa, empresa ou empreendimento, incluindo funcionário público, membro de partido político, candidato a cargo político, pessoa que ocupe cargo legislativo, administrativo ou judicial de qualquer espécie, seja nacional ou estrangeiro, agência pública ou empresa estatal, ou ainda oficial de uma organização pública nacional ou internacional, com a finalidade de influenciar corruptamente essa pessoa em sua capacidade oficial, ou com a finalidade de recompensar ou induzir de maneira imprópria o desempenho de uma função ou atividade relevante por qualquer pessoa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

11.1. No desenvolvimento de quaisquer atividades de tratamento de dados pessoais obtidos ou utilizados em decorrência do presente Contrato (“Tratamento” e “Dados Pessoais”), cada Parte deverá observar e cumprir as obrigações que lhe são aplicáveis nos termos da legislação



DS
BL

DS
ED

DS
HY

DS
BF

aplicável no momento do Tratamento, inclusive a Lei nº 13.709/18 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais" ou "LGPD"), bem como observar e cumprir normas e procedimentos que venham a ser publicados e/ou requeridos por entidades reguladoras, tais como, mas não limitado a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD").

11.2. As Partes declaram que os Dados Pessoais relativos aos representantes legais, testemunhas e demais pessoas que firmaram o presente Contrato foram obtidos de forma lícita e especificamente para as finalidades desta relação contratual, inclusive cientificando-lhes, o que autoriza as Partes a procederem seus respectivos Tratamentos decorrentes das obrigações contratuais.

11.3. Além do uso decorrente da presente relação contratual, as Partes ficam cientes de que os Dados Pessoais serão utilizados para (i) as finalidades deste Contrato; (ii) a troca de informação com outras empresas do Grupo Veolia, afim de propiciar o desenvolvimento de outras oportunidades de negócios; (iii) com empresas seguradoras, caso alguma das Partes contrate seguro atrelado ao respectivo Contrato; e (iv) com os órgãos de fiscalização e reguladores da prestação dos serviços.

11.4. Após o término deste Contrato, por qualquer motivo, as Partes deverão excluir, devolver ou destruir todos os Dados Pessoais tratados em decorrência deste Contrato, salvo àqueles que por ventura possam ser objeto de solicitação dos órgãos de controle, fiscalização e de determinadas normas legais, os quais serão mantidos até o transcurso dos prazos prescricionais que os afetem ou extensão determinada por tal norma.

11.5. É expressamente vedado às Partes realizarem o Tratamento dos Dados Pessoais para quaisquer finalidades alheias ao presente Contrato, inclusive mediante anonimização.

11.6. A não observância pelas Partes das obrigações estabelecidas nesta Cláusula e na legislação aplicável quanto ao Tratamento de Dados Pessoais poderá resultar em rescisão imediata do Contrato mediante simples notificação, bem como pagamento de eventuais perdas e danos, os quais sujeitam-se ao limite do valor anual deste Contrato, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Este Contrato somente poderá ser alterado mediante documento escrito, firmado pelos representantes legais das Partes e por 02 (duas) testemunhas, por meio de termo aditivo.

12.2. Fica pactuado que a eventual tolerância ou não exigência de cumprimento de obrigação por qualquer das Partes não constitui, nem constituirá desistência, renúncia ou novação de qualquer espécie, podendo ser referida obrigação exigida a qualquer momento.

12.3. O presente Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título. Havendo contradição ou conflito entre o disposto na proposta comercial e os termos deste Contrato junto com seu(s) anexo(s), prevalecerá o disposto nesses últimos

12.4. Na hipótese de, a qualquer momento, qualquer previsão deste Contrato se tornar inválida, ilegal ou inaplicável, todas as demais cláusulas e condições do Contrato não serão prejudicadas, permanecendo em pleno vigor, devendo, portanto, serem efetivamente cumpridas.



12.5. É defeso às Partes **CONTRATANTES** cederem ou transferirem total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, exceto em caso que haja a anuência prévia e escrita da outra Parte.

12.6. Nenhuma disposição deste Contrato deverá ser entendida como uma transferência ou cessão total ou parcial dos direitos de propriedade intelectual e/ou industrial detidos pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

12.7. A **CONTRATADA** declara ainda:

- a) cumprir com a declaração universal dos direitos humanos, com a convenção das nações unidas sobre os direitos da criança, bem como as convenções da organização internacional do trabalho;
- b) cumprir todas as regulamentações trabalhistas aplicáveis, incluindo referentes a trabalho não declarado, trabalho infantil, trabalho forçado e direitos sindicais (i.e., acordo e convenção coletiva de trabalho); e
- c) a observar as leis de preservação ambiental, bem como a desenvolver suas atividades respeitando as normas ambientais vigentes, prevenindo sempre a ocorrência de impactos ambientais.

12.8. Toda e qualquer reclamação que a **CONTRATANTE** possa ter em relação à execução deste Contrato e/ou aos serviços ora contratados deverá ser encaminhada diretamente para o Serviço de Atendimento ao Consumidor da **CONTRATADA**, através do e-mail br-comunicacao.cgrblumenau@veolia.com.

12.9. Em observância ao artigo 113, §2º, do Código Civil, as Partes expressamente excluem a aplicação a este Contrato do artigo 113, §1º, IV, do Código Civil, ou redação que lhe seja equivalente em caso de atualização, de modo que todas as cláusulas deverão ser interpretadas como redigidas por todas as partes signatárias deste Contrato.

12.10. Como alternativa à assinatura física, as Partes declaram que admitem como válida a realização de assinaturas em formato eletrônico certificadas pela DocuSign®, conferindo a elas presunção de veracidade e integridade, bem como reafirmando o seu compromisso e dever de observar e cumprir as cláusulas aqui estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO

13.1. As Partes elegem o Foro da Comarca de Blumenau - SC, para a solução de quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Blumenau, 31 de Março de 2022.

DocuSigned by:

Haroldo Yamagishi

A5B00E1458C74CB...

GTA - GESTÃO AMBIENTAL LTDA

DocuSigned by:

Bruno Forissier

52A90663961847C...

MOMENTO ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA

Testemunhas:

DocuSigned by:

Zenilde Decker

AAFF2FC48DFA418...

1.

Nome:

RG:

CPF:

DocuSigned by:

Boanerges Carneiro

8FE0B95BT21242A...

2.

Nome: Boanerges Carneiro Júnior

RG: 7.120.946

CPF: 037.975.609-90

ANEXO I
AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
TRATAMENTO E/OU DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS Nº 72/2022

Local de Destinação Final para Resíduos Classe I, IIA, IIB e/ou Resíduos de Serviço de Saúde: CENTRO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE BLUMENAU – CGR BLUMENAU Rua Paulo Litzenberger, nº 1.400, CEP 89.075-335, Blumenau/SC

1. SERVIÇO(S) CONTRATADO(S)

☐ **COPROCESSAMENTO:** recebimento, preparo e envio de Resíduos Sólidos Industriais para tratamento térmico por coprocessamento. Caso houver solicitação da cimenteira ou da **CONTRATADA** para a classificação do resíduo, esta será feita de acordo com as Normas Técnicas - ABNT, na sua norma NBR - 10.004, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas. O transporte necessário para a efetivação da coleta e entrega do resíduo e de todos os materiais envolvidos na prestação de serviços objeto deste instrumento, será de responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATANTE**.

Cód.	Tipo de Resíduo	Classe (NBR 10.004)	Acondicionamento	Ibama (IN 13)	Quantidade	Valor (R\$/t)
540	ESTOPA CONTAMINADA	I	Caçamba	150110(*)	1 ton./mês	550.00
541	EPIS USADOS	I	Caçamba	150202(*)	1 ton./mês	550.00
751	OLEO DE ISOLAMENTO TÉRMICO, ELÉTRICO OU REFRIGERAÇÃO USADO (SEM PCBS)	I	Caçamba	130307(*)	1 ton./mês	580.00
809	SÓLIDOS NÃO CONTAMINADOS	II	Caçamba	200301	1 ton./mês	747.88

☐ **TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL:** serviços de tratamento e disposição final do(s) Resíduo(s) Sólido(s) das Classes de Risco I, IIA e IIB, de acordo com a classificação de resíduos preconizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, na sua norma NBR – 10.004. O transporte necessário para a efetivação da coleta e entrega do resíduo e de todos os materiais envolvidos na prestação de serviços objeto deste instrumento, será de responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATANTE**.

Cód.	Tipo de Resíduo	Classe (NBR 10.004)	Acondicionamento	Ibama (IN 13)	Quantidade	Valor (R\$/t)
61	CINZA DE INCINERADOR	II	Caçamba	190112	1 ton/mês	267.10
88	SOBRAS DE PRODUTOS QUÍMICOS	II	Caçamba	160304	1 ton/mês	380.00
138	VIDRO	II	Caçamba	101112	1 ton/mês	160.26

142	SUCATAS DE METAIS NÃO FERROSOS	II	Caçamba	160118	1 ton/mês	160.26
513	RESÍDUO DE REVELAÇÃO	I	Caçamba	180203(*)	1 ton/mês	491.46
517	METAIS PESADOS	I	Caçamba	060405(*)	1 ton/mês	2.671,00
520	PILHAS E BATERIAS	I	Caçamba	200133(*)	1 ton/mês	5,00 kg
530	BORRA DE TINTA	I	Tambor	080111(*)	1 ton/mês	580.00
531	BORRA DE ÓLEO	I	Tambor	130506(*)	1 ton/mês	480.78
551	SÓLIDOS CONTAMINADOS COM PRODUTOS QUÍMICOS	I	Caçamba	150110(*)	1 ton/mês	480.78
558	ÁGUA CONTAMINADA	I	Tanque	161001(*)	1 ton/mês	650.00
577	SOLVENTES NÃO HALOGENADOS	I	Caçamba	200113(*)	1 ton/mês	480.78
582	SOBRAS DE PRODUTOS QUÍMICOS	I	Caçamba	160303(*)	1 ton/mês	480.78
601	CINZA DE INCINERADOR	I	Caçamba	100114(*)	1 ton/mês	675.26
612	RESÍDUO DE ANÁLISES QUÍMICAS	I	Caçamba	160506(*)	1 ton/mês	587.62
632	SÓLIDOS CONTAMINADOS C/ ÓLEOS/TINTAS	I	Caçamba	150110(*)	1 ton/mês	480.78
640	CARTUCHOS DE TINTA/TONNER	I	Caçamba	080317(*)	1 ton/mês	694.46
662	RESINAS E VERNIZES	I	Caçamba	080111(*)	1 ton/mês	587.62
709	ORGÂNICO	II	Caçamba	160306	1 ton/mês	380.00
710	LÂMPADAS FLUORESCENTES INTEIRAS	I	Caçamba	200121(*)	1.000 un/ano	1,95 un
711	VIDROS CONTAMINADOS (LÂMPADAS QUEBRADAS)	I	Caçamba	200121(*)	1 ton/mês	9,00 kg
713	COMPONENTES ELETRÔNICOS	I	Caçamba	160215(*)	1 ton/mês	513.90
716	GRAXA	I	Caçamba	130201(*)	1 ton/mês	580.00
720	MEDICAMENTOS VENCIDOS	I	Caçamba	180201(*)	1,44 ton/mês	1.014,98
736	RESÍDUO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA	I	Caçamba	200129(*)	1 ton/mês	480.78
742	RESÍDUOS QUÍMICOS GRUPO 1-A - ÁLCALIS	I	Caçamba	060205(*)	1 ton/mês	480.78
743	RESÍDUOS QUÍMICOS GRUPO 4-A SOLUÇÕES AQUOSAS	I	Caçamba	161001(*)	1 ton/mês	480.78
752	EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS	I	Caçamba	200135(*)	1 ton/mês	480.78
776	RESÍDUOS QUÍMICOS	I	Caçamba	060106(*)	1 ton/mês	1.282,08

DS
BL

DS
ED

DS
HY

DS
BF

	GRUPO 1-B - ÁCIDOS					
820	RESÍDUO LÍQUIDO COMBUSTÍVEL	I	Caçamba	130703(*)	1 ton/mês	619.67
830	AERROSSÓIS TÓXICOS	I	Caçamba	140602(*)	1 ton/mês	12 kg
842	ÓLEO DE CORTE E USINAGEM	I	Caçamba	120110(*)	1 ton/mês	580.00
985	RESTOS DE PRODUTOS QUÍMICOS ORGÂNICOS	II	Caçamba	160306	1 ton/mês	380.00
986	PRODUTOS QUÍMICOS INORGÂNICOS VENCIDOS	II	Caçamba	160304	1 ton/mês	380.00
988	PRODUTOS INORGÂNICOS VENCIDOS	I	Caçamba	160303(*)	1 ton/mês	480.00
989	PRODUTOS QUÍMICOS ORGÂNICOS VENCIDOS	I	Caçamba	160305(*)	1 ton/mês	480.00
996	RESÍDUOS QUÍMICOS ORGÂNICOS	II	Caçamba	160306	1 ton/mês	380.00

☐ **TRATAMENTO TÉRMICO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – RSS E RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS:** tratamento térmico de Resíduos do Serviço de Saúde dos Grupos A1, A4, A5, Grupo A2, Grupo A3, Grupo B, Grupo D e Grupo E, de acordo com a classificação de resíduos preconizada pela RESOLUÇÃO RDC ANVISA Nº 306, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004, bem como de Resíduos Sólidos Industriais. O transporte necessário para a efetivação da coleta e entrega do resíduo e de todos os materiais envolvidos na prestação de serviços objeto deste instrumento, será de responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATANTE**. A coleta e transporte externos dos resíduos de serviços de saúde devem ser realizados de acordo com as normas NBR 12.810 e NBR 14652 da ABNT.

Cód.	Tipo de Resíduo	Grupo (Res. RDC ANVISA n. 306/04) ou Classe (NBR 10.004)	Acondicionamento	Quantidade	Valor (R\$/t)
516	RESÍDUO ODONTOLÓGICO	I	Caçamba	1.000 kg/.mês	10,47 kg
606	FORMALDEÍDO	I	Caçamba	1.000 kg/.mês	4,80 kg
613	SOLVENTES HALOGENADOS	I	Caçamba	1.000 kg/.mês	4,80 kg
638	REAGENTES DE LABORATÓRIO	I	Caçamba	1.000 kg/.mês	3,07 kg
776	RESÍDUOS QUÍMICOS GRUPO 1-B - ÁCIDOS	I	Caçamba	1.000 kg/.mês	4,80 kg
777	RESÍDUOS QUÍMICOS GRUPO 2-A - TÓXICOS	I	Caçamba	1.000 kg/.mês	5,87 kg
778	RESÍDUO QUIM GRUPO 2-B-INFLAMÁVEIS\EXPLOSIVOS	I	Caçamba	1.000 kg/.mês	4,80 kg
783	RESÍDUOS QUÍMICOS GRUPO 6-A SOLUÇÕES CIANETOS\SULFETOS	I	Caçamba	1.000 kg/.mês	6,94 kg

DS
BL

DS
ED

DS
HY

DS
BF

784	RESÍDUOS QUÍMICOS GRUPO 7-A OXIDANTES	I	Caçamba	1.000 kg/.mês	8,01 kg
1015	SOBRAS DE PRODUTOS QUÍMICOS	I	Caçamba	1.000 kg/.mês	5,87 kg
9993	RESIDUO DE SAUDE PARA TESTE DE QUEIMA	II	Caçamba	1.000 kg/.mês	494.85
1000	RESÍDUOS DO GRUPO A1, A4 E A5 - INFECTANTES	Grupo A	Caçamba	1.000 kg/.mês	5,52 kg
1001	RESÍDUOS DO GRUPO A2 - INFECTANTES	Grupo A	Caçamba	1.000 kg/.mês	10,68 kg
1002	RESÍDUOS DO GRUPO A3 - INFECTANTES	Grupo A	Caçamba	1.000 kg/.mês	10,68 kg
1003	RESÍDUOS DO GRUPO B - QUÍMICOS	Grupo B	Caçamba	2,26 kg/.mês	5,52 kg
1005	RESÍDUOS DO GRUPO E - PERFURANTES	Grupo E	Caçamba	1.000 kg/.mês	5,52 kg

DS
BL

DS
ED

DS
HY

DS
BF

2. PERIODICIDADE DO FATURAMENTO:

Mensalmente perante medição de ingressos

3. FATURAMENTO MÍNIMO MENSAL, quando aplicável:

R\$ 151,10

4. PRAZO PARA PAGAMENTO:

15 dias após a emissão da nota fiscal.

5. FORMAÇÕES ADICIONAIS:

➤ O empreendimento, da **CONTRATADA**, utilizado na prestação dos serviços é devidamente licenciamento pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA/SC, antiga Fundação de Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina – FATMA, sob a Licença Ambiental de Operação (LAO) n. 7959/2015.

➤ Todas as faturas mensais incluem o valor correspondente a R\$ 1,10 (um real e dez centavos) por tonelada, referente à manutenção do Centro Cultural da Vila Itoupava, obrigação prevista nas exigências oficiais para recebimento de resíduos no Local de Destinação Final de Resíduos, CGR de Blumenau, constituindo-se cumprimento de responsabilidade social pelo **CONTRATANTE** e pela **CONTRATADA**.

6. CONDIÇÕES PARA O RECEBIMENTO:

Os Resíduos enviados deverão ser exclusivamente os aqui definido neste Anexo – I, e estar acondicionados corretamente;

Respeitar o horário de funcionamento do Local de Destinação Final;

Apresentar a documentação exigida para o transporte e recebimento dos Resíduos:
Manifesto de Transporte de Resíduos e demais documentos necessários para a contratação.

DocuSigned by:

Blumenau, 31 de Março de 2022.

Haruki Yamagishi

A5B80E1458C74CB...

GTA - GESTÃO AMBIENTAL LTDA

DocuSigned by:

Bruno Forissier

52A90663961847C...

MOMENTO ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA

DS

ED

DS

BC

ANEXO II

ORIENTAÇÕES DE ACESSO À PLATAFORMA VEOCOB

Prezado Cliente,

Assim que a Nota Fiscal/Fatura referente ao presente Contrato for emitida, os Srs. receberão um e-mail automático do sistema do Grupo Veolia ("Plataforma VeoCob") com o boleto para pagamento. A senha para desbloqueio do documento é composta pelos 5 (cinco) primeiros dígitos do CNPJ ou CPF do Cliente, conforme dados indicados no Contrato.


• ACESSO A PLATAFORMA VEOCOB

Para acessar a Plataforma VeoCob e visualizar as suas Notas Fiscais e Boletos, basta digitar em seu navegador o link <https://veocob.cob360.com.br/site/login>, ou clicar [aqui](#), para ser automaticamente direcionado à tela de *LOGIN* da plataforma, conforme abaixo.



O *LOGIN* deverá ser realizado com o CNPJ/CPF indicado no Contrato e caso o Cliente ainda não possua uma senha de acesso, basta clicar no botão "**Esqueci minha senha**" para que seja encaminhado ao e-mail cadastrado em nosso sistema o *link* para cadastro/redefinição da mesma.

• VISUALIZAÇÃO DE NOTA FISCAIS E BOLETOS

Após *LOGIN* na Plataforma Veocob, o Cliente poderá visualizar seu boleto para pagamento e caso deseje visualizar sua Nota Fiscal, basta que clique no ícone " " e faça *download* do arquivo.

• EMIÇÃO DE 2º VIA DE BOLETO

Caso o Cliente deseje emitir a 2º (segunda) via de um boleto já vencido, esta solicitação também deverá ser realizada via Plataforma Veocob.

Atenciosamente,

Grupo Veolia Brasil

DISTRATO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO E/OU DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS E TERMO DE QUITAÇÃO

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito:

GTA - GESTÃO AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.813.163/0001-44, com sede no Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, na Av Martin Luther, nº 111, Victor Konder, CEP 89.012-010, neste ato representada de acordo com seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**; e

MOMENTO ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.904.606/0001-51, com sede no Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, na Rua Paulo Litzenberger, nº 1.400, Vila Itoupava, CEP 89.075-335, neste ato representada de acordo com seus atos constitutivos, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**.

CONSIDERANDO QUE:

- 1) **CONTRATADA** e **CONTRATANTE**, para fins deste instrumento, serão coletivamente consideradas como as “Partes” e individualmente como “Parte”;
- 2) As Partes celebraram, em 24 de março de 2011, Contrato Particular de Prestação de Serviços de Tratamento e Disposição Final de Resíduos (o “Contrato”), aditado posteriormente em 20/04/2013, 16/10/2013, 30/04/2015, 17/05/2016, 15/09/2016, 03/11/2016, 09/05/2017, 05/07/2017, 26/10/2017, 30/10/2017, 30/04/2018, 22/05/2019, 31/03/2020, 05/05/2020, 03/07/2020, 23/12/2020; E em 01 de julho de 2009, Contrato Particular de Prestação de Serviços de Tratamento e Disposição Final de Resíduos Industriais, aditado posteriormente em 01/03/2010;
- 3) As Partes declaram, de comum acordo, que não mais têm interesse na continuidade do Contrato, e que pretendem rescindi-lo na presente data de assinatura, conforme disposto adiante neste instrumento.

Têm entre si justo e contratado o presente Distrato ao Contrato de Prestação de Serviços de Tratamento e Disposição Final de Resíduos e Termo de Quitação (o “Distrato”), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA 1ª – DO DISTRATO

1.1 As Partes resolvem, de comum acordo, rescindir o Contrato, dando por encerrado, a partir da data de assinatura do presente Distrato, todos os direitos e obrigações oriundos do Contrato, bem como seus acordos, propostas, acordos verbais, expressos ou tácitos, ou seja, toda e qualquer relação existente entre as Partes, ocorrida a qualquer tempo ou lugar.

1.2 Este instrumento de Distrato, além de possuir o fim precípua de pôr termo à relação jurídica de prestação de serviços objeto do Contrato, tem a finalidade de dar quitação de uma Parte à outra das suas obrigações provenientes do Contrato, nos termos da Cláusula 2ª adiante.



CLÁUSULA 2ª – DA QUITAÇÃO

2.1 As Partes outorgam-se, neste ato, a mais ampla, rasa e irrevogável quitação de todas as suas obrigações decorrentes do Contrato, nada mais tendo nenhuma das Partes a reclamar, a qualquer título ou instância.

CLÁUSULA 3ª – DO FORO DE ELEIÇÃO

3.1 As Partes, de comum acordo, elegem o foro da comarca de Blumenau/SC como o competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Distrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente Distrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Blumenau, 31 de Março de 2022.

DocuSigned by:

Haroldo Yamagishi

A5B60E1458C74CB...

GTA - GESTÃO AMBIENTAL LTDA

CONTRATANTE

DocuSigned by:

Bruno Forissier

52A90663961847C...

MOMENTO ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA

CONTRATADA

Testemunhas:

DocuSigned by:

Benilde Decker

AAFF2FC48DFA418...

1. _____

Nome:

RG:

CPF:

DocuSigned by:

Boanerges Carneiro

8FE0B95B121242A...

2. _____

Nome: Boanerges Carneiro Júnior

RG: 7.120.946

CPF: 037.975.609-90

Certificado de conclusão

ID de envelope: 18166E15C6624026817A13707947E901

Estado: Concluído

Assunto: Utilize o serviço DocuSign: Contrato Padrão - 72_2022 - GTA - GESTAO AMBIENTAL LTDA (1).pdf

Envelope de origem:

Página do documento: 21

Assinaturas: 10

Autor do envelope:

Certificar páginas: 5

Iniciais: 74

Nathaly Silva

Assinatura guiada: Ativada

nathaly.silva@veolia.com

Selo do ID do envelope: Ativada

Endereço IP: 179.190.113.172

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Controlo de registos

Estado: Original

Titular: Nathaly Silva

Local: DocuSign

07/04/2022 18:20:09

nathaly.silva@veolia.com

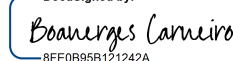
Eventos do signatário**Assinatura****Carimbo de data/hora**

Boanerges Carneiro

boanerges.carneiro@veolia.com

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:


8FE0B95B121242A...

Enviado: 07/04/2022 18:32:59

Visualizado: 08/04/2022 08:59:54

Assinado: 08/04/2022 09:00:31

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Assinado através da ligação enviada para

boanerges.carneiro@veolia.com

Utilizar o endereço IP: 191.245.91.118

Assinado através de dispositivo móvel

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:

Aceite: 31/03/2020 16:05:46

ID: 0adc1c0a-5240-442a-a2e5-b48d82a583de

Zenilde Decker

zenilde.decker@veolia.com

Veolia

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:


AAFF2FC48DFA418...

Enviado: 08/04/2022 09:00:34

Visualizado: 08/04/2022 09:05:10

Assinado: 08/04/2022 09:21:30

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Assinado através da ligação enviada para

zenilde.decker@veolia.com

Utilizar o endereço IP: 191.32.17.190

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:

Não disponível através do DocuSign

Hanokh Yamagishi

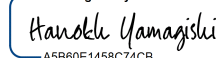
hanokh.yamagishi@veolia.com

Gerente Regional

POSTMIX

Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)

DocuSigned by:


A5B60E1458C74CB...

Enviado: 08/04/2022 09:21:34

Visualizado: 08/04/2022 10:13:11

Assinado: 08/04/2022 10:15:13

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Assinado através da ligação enviada para

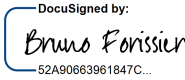
hanokh.yamagishi@veolia.com

Utilizar o endereço IP: 189.112.133.113

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:

Aceite: 08/04/2022 10:13:11

ID: dfadf2fa-9d08-4fb9-ad72-af074dd86dee

Eventos do signatário	Assinatura	Carimbo de data/hora
Bruno Forissier bruno.forissier@veolia.com COO Nível de segurança: Correio eletrônico, Autenticação de conta (Nenhuma)	DocuSigned by:  52A90663961847C... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Assinado através da ligação enviada para bruno.forissier@veolia.com Utilizar o endereço IP: 189.112.133.113	Enviado: 08/04/2022 10:15:17 Visualizado: 08/04/2022 10:42:15 Assinado: 08/04/2022 10:58:52

Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:

Aceite: 08/04/2022 10:42:15

ID: b40b0a0d-7d02-46aa-a5bb-00ac6a0eee3b

Eventos de signatário presencial	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega do editor	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega do agente	Estado	Carimbo de data/hora
Evento de entrega do intermediário	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega certificada	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de cópia	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos relacionados com a testemunha	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de notário	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de resumo de envelope	Estado	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/encryptado	07/04/2022 18:32:59
Entrega certificada	Segurança verificada	08/04/2022 10:42:15
Processo de assinatura concluído	Segurança verificada	08/04/2022 10:58:52
Concluído	Segurança verificada	08/04/2022 10:58:52
Eventos de pagamento	Estado	Carimbo de data/hora
Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos		

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: cleverson.rodrigues@veolia.com

To advise PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at cleverson.rodrigues@veolia.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to cleverson.rodrigues@veolia.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to cleverson.rodriques@veolia.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA during the course of your relationship with PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MOMENTO ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.904.606/0001-51, com sede na Rua Paulo Litzenberger, nº 1400 - Vila Itoupava - Blumenau/SC - CEP: 89075-335, representada na forma do seu estatuto social por seus representantes legais.

OUTORGADOS: TIAGO CAMARGO DE OLIVEIRA, RG 58.047.709-5 SSP/SP, CPF/MF 034.107.174-98, brasileiro, casado, Gerente de Licitações; **BRUNO FRANCISCO MUEHLBAUER**, RG 4.002.988-SSP/SC, CPF/MF 045.720.829-52, brasileiro, solteiro, Engenheiro Ambiental e Químico; **ALESSANDRA CEZAR RIBEIRO DE OLIVEIRA**, RG 30.304.298-9 SSP/SP, CPF/MF 279.993.178-29, brasileira, Especialista de Licitações e **EDMILSON HILARIO NUNES**, RG 37.431.456-1-SSP/SP, CPF/MF 228.244.408-64, brasileiro, solteiro, Gerente de Desenvolvimento de Negócios Públicos; **GUILHERME CARDOSO**, brasileiro, solteiro, Coordenador de Projetos, RG nº 48110582 SSP/SP, CPF/MF sob nº 391.106.548-52; todos com endereço comercial na Avenida Manuel Bandeira, 291, Térreo, conjuntos 11 e 12, Bloco A - Bairro Vila Leopoldina - Condomínio Atlas Office Park, CEP: 05317-020, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, **ZENILDE DECKER**, RG 3.975.474 SSP/SC, CPF/MF: 005.397.549-94, brasileira, solteira, Gerente Comercial; **HANOKH CAMILO VILELA YAMAGISHI**, RG 43.996.559-7, CPF/MF 339.572.478-61, brasileiro, casado, Diretor Regional, ambos com endereço comercial na Rua Heinrich Richard Bruno Erbe, 25 - Sala 306 - Edifício Duo Office, Centro CEP: 88350-020 - Brusque/SC ; **BRENO CÉLIO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Coordenador de Licitações, com cédula de identidade nº 4.202.338 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.644.089-35, com endereço comercial na Avenida Marechal Castelo Branco, nº 65, 12º andar, Ed. Kennedy Towers, bloco A, bairro Campinas, CEP: 88101-020 - São José/SC; **ALANA CAROLLINA MARTINS VAIDER DE PAULA**, brasileira, casada, Analista Comercial, RG 7995502-7 SESP/PR, CPF/MF nº 029.503.609-55, com endereço comercial na Rua Alexandre Zachetta, 337 - Bairro Itália, São José dos Pinhais/PR - CEP: 83015-148.

PODERES E FINS ESPECÍFICOS: aos quais confere poderes para, observados os limites estabelecidos no contrato social da mandante e legislação vigente, **ISOLADAMENTE**, independentemente da ordem de nomeação, representar a outorgante perante as repartições públicas, federais, estaduais e municipais, autarquias, entidades e paraestatais, Fundações, empresas públicas e privadas, sociedade de economias mistas, órgãos ambientais, universidades federais, agências reguladoras, Petrobrás e suas subsidiárias para: **(I)** Formular ofertas e lances de preços em pregão eletrônico e/ou presencial; **(II)** Assinar propostas técnicas e comerciais em licitações de qualquer modalidade; **(III)** Praticar todos os atos necessários para representar a OUTORGANTE em licitações públicas em todas as suas modalidades - concorrência,

concessões, tomada de preços, convites, concurso, leilão, pregão presencial e/ou eletrônico, PMI, MIP, PPP - podendo, para tanto, em todos os casos, interpor recursos e impugnações, desistir de recursos interpostos, receber notificação, tomar ciência de decisões, acordar, transigir, receber e entregar documentos, prestar declarações e apresentar informações de forma oral ou escrita, assinar cartas credenciais para participar em licitações e realização de visita técnica, realizar visita técnica em nome da proponente, assinar demonstrações de índices financeiros, assinar propostas técnicas, formular ofertas e lances, negociar preço; **(IV)** Assinar ART's de cargo e função e/ou obras ou serviços e formulários específicos para fins de CONFEA/CREA/CRA/CRQ; **(V)** Assinar notificações, ofícios e manifestações de interesse referente à contratos administrativos oriundos de processos licitatórios; **(VI)** Podendo ainda nomear procurador para entregar propostas, participar de pregões, assinar atas, formular lances verbais e questionar a validade de documentos no certames, realizar ou credenciar representante para visita técnica, bem como praticar todo e qualquer ato necessário ao fiel cumprimento do presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso. A Outorgante declara que admite como válida a realização de assinaturas certificadas por plataformas eletrônicas, bem como com certificado ICP, conferindo a elas presunção de veracidade e integridade. **O PRESENTE MANDATO É VÁLIDO ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2024. OS OUTORGADOS FICAM CIENTES QUE SEUS PODERES FICAM REVOGADOS CASO OCORRER A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO COM A OUTORGANTE VEDADO EXPRESSAMENTE O SUBSTABELECIMENTO DOS PODERES CONFERIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO.**

.São Paulo, 20 de dezembro de 2023

MOMENTO ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA
FRANCISCO CELSO DAL RIO FILHO

MOMENTO ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA
PEDRO ALBERTO PRÁDANOS ZARZOSA



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento Procuracao Particular Licitacoes - Momento 2023.docx foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7814-17E8-68EB-4A3B> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7814-17E8-68EB-4A3B



Hash do Documento

2736F5A52C69C374D45D0A0D55F0C4927C8F055780B59C890E4BDE7C1B356715

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/12/2023 é(são) :

Francisco Celso Dal Rio Filho (Signatário) - 187.658.168-97 em
25/12/2023 17:32 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Pedro Alberto Prádanos Zarzosa (Signatário) - 229.375.138-40
em 25/12/2023 17:00 UTC-03:00

Nome no certificado: Pedro Alberto Pradanos Zarzosa

Tipo: Certificado Digital



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que a empresa **GTA - GESTÃO AMBIENTAL LTDA**, inscrita sob CNPJ sob o n.º 04.813.163/0001-44, mantém Contrato Particular de Prestação de Serviço com a **RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA do GRUPO VEOLIA**, inscrita sob CNPJ 95.886.735/0001-70, conforme relação abaixo:


- s/n de 23 de julho de 2020 - Contrato particular de prestação de serviços de tratamento e/ou destinação final de resíduos.

Declaramos que somos do mesmo grupo econômico, e que estamos aptos a receber os resíduos inseridos no edital, caso contratado pela empresa **GTA - GESTÃO AMBIENTAL LTDA, do GRUPO VEOLIA**.

A presente declaração tem validade pelo período de 1 (um) ano, a contar da data de assinatura.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos. Atenciosamente

Brusque (SC), 18 de março de 2.024.

Documento assinado digitalmente
 **ALESSANDRA CEZAR RIBEIRO DE OLIVEIRA**
Data: 19/03/2024 14:08:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA
CNPJ 95.886.735/0001-70
Alessandra Cezar Ribeiro de Oliveira
Especialista de Licitações / Procuradora
RG nº 30.304.298-9 SSP/SP / CPF 279.993.178-29



LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Nº 1383/2022

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº RSU/00006/CVI e **parecer técnico nº 2449/2020**, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à:

Empreendedor

NOME:	RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA		
ENDEREÇO:	CONSUL CARLOS RENAUX, 12, CENTRO, 3 ANDAR		
CEP:	88350-000	MUNICÍPIO:	BRUSQUE ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	95.886.735/0001-70		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 34.41.10 - DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS URBANOS EM ATERROS SANITÁRIOS
ATIVIDADE SECUNDÁRIA: 71.60.04, 34.31.10, 42.32.20, 34.41.14, 34.41.16 (conforme anexo VI da Resolução Consema nº 98/2017)
EMPREENHIMENTO: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA.

Localizada em

ENDEREÇO: RODOVIA IVO SILVEIRA, 9.700, VOLTA GRANDE, KM 9,5
CEP: 88355-202 MUNICÍPIO: BRUSQUE ESTADO: SC
COORDENADA PLANA: UTM X 711233.83 - UTM Y 7010479.82

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
- II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
- Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
 - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
 - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 514287

CÓDIGO: 260145



Não aplicável.

Condições de validade

Descrição do empreendimento

O empreendimento tem como atividade principal o aterro sanitário dentro de uma área licenciada de 1.038.129,42 m², sendo que atualmente 294.072,72 m² correspondem à área de operação. A operação é licenciada para receber em média 1.200 toneladas por dia de resíduos, sendo a maioria da coleta domiciliar e outra fração de outros resíduos equiparados aos domiciliares (originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais, industriais, entre outros com características de domiciliares e de Classe II-A conforme classificação da ABNT NBR 10004).

A operação do aterro sanitário é realizada 24 horas por dia, sete dias por semana. A rotina operacional tem início com o controle dos veículos pela portaria/balança do aterro e, após verificada a autorização dos mesmos, é liberada sua entrada na unidade. Para os resíduos domiciliares e equiparados, após a pesagem na balança, o veículo deve ser encaminhado à frente operacional do aterro. Para os resíduos de serviços de saúde, após a pesagem na balança, o veículo deve ser encaminhado para o autoclave, para passar por tratamento prévio antes da disposição final no aterro. Na saída, todos os veículos são pesados novamente.

O empreendimento também conta com as seguintes unidades e estruturas de apoio:

- Sede administrativa (prédio de dois pavimentos com escritórios, sanitários, sala de reuniões, auditório, refeitório e vestiário);
- Prédio de dois pavimentos para controle de entrada de caminhões;
- Balança rodoviária de 16 metros de comprimento com capacidade de 80 toneladas;
- Três tanques aéreos para armazenamento de diesel;
- Galpão para depósito, garagem e manutenção de equipamentos;
- Rampas de lavagem de veículos;
- Galpão que abriga a central de tratamento de resíduos de serviços de saúde;
- Galpão para a central de triagem de materiais recicláveis, incluindo refeitório, sanitários, vestiário, escritório, depósito, sala de manutenção e área de triagem;
- Estação de tratamento de efluentes (ETE);
- Cerca em toda a área do empreendimento;
- Vigilância 24 horas.

Aspectos florestais

- **Reserva legal:** não aplicável.
- **Áreas de preservação permanente (APP):** dentro da área do empreendimento há 39.589,31 m² de APP devido à presença de cursos hídricos com menos de 30 metros de largura (25.082,87 m²) e nascentes (14.506,44 m²) conforme previsto no artigo 4º da Lei Federal nº 12.651/2012. Há um curso hídrico na porção sudoeste e duas nascentes que dão início a dois cursos hídricos na região nordeste. Não há uso das APP.
- **Autorização de corte de vegetação:** não aplicável.

Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

Documentos em anexo

Não aplicável.

Condições de validade

- **Espécies de flora e/ou fauna ameaçadas de extinção:** não aplicável.
- **Área verde:** não aplicável.

Controles ambientais

• **Chorume e demais efluentes** - são tratados na estação de tratamento de efluentes a qual tem capacidade para tratar até 60 m³/h. No aterro, existem cinco locais de armazenamento de chorume. O sistema de tratamento é constituído pelas seguintes unidades: desarenador, tanque de equalização, tanques anóxicos, valos de oxidação (lodos ativados), decantador secundário, floculadores, decantador terciário, tanque de neutralização e contato. Após essas unidades, o efluente tratado segue por tubulação de recalque de 1.580 metros composta por dois tubos de PEAD de 110 mm até ser lançado no rio Itajaí-Mirim. Além dessas unidades, a ETE também conta com adensador, centrífuga de lodo e medidores de vazão na entrada e saída da ETE. As análises para controle operacional do sistema de tratamento são realizadas no laboratório próprio existente próximo à ETE.

• **Efluentes recebidos de terceiros** - alguns deles são efluentes perigosos os quais necessitam de tratamento físico-químico e que geram resíduos perigosos (lodo classe I). Todos efluentes recebidos passam por sistema de pré-tratamento para remoção de material grosseiro/areia e medidor de vazão. O chorume recebido de terceiros segue o tratamento do chorume gerado no empreendimento. Para os demais tipos de efluente, antes de serem direcionados para o sistema de tratamento principal da ETE (descrito no item anterior), são realizadas as seguintes etapas adicionais de tratamento: peneira rotativa, desaneração e flotação para efluentes com características sanitárias (lodo de tanque séptico, filtros e tanques de acumulação); tratamento físico-químico (adição de agentes redutores e alteração de pH), decantação e filtro de brita e carvão para efluentes de galvanoplastia e metal-mecânicos; tratamento físico-químico (alteração de pH, coagulação e floculação) e decantação para efluentes de indústrias gráficas, de produtos químicos, fundições e metalúrgicas; flotação para efluentes da indústria de pescado; lagoa de decantação e tratamento físico-químico (correção de pH, coagulação e floculação) e decantação para os efluentes da agroindústria, indústria de alimentos e têxtil. O empreendedor é responsável pelo reconhecimento da composição do efluente recebido e sua compatibilidade com o sistema de tratamento existente, de modo que o efluente final atenda a todos os padrões de lançamento e não impacte o corpo receptor. Para eventual fiscalização pela IMA, a empresa deve possuir em seu arquivo relatórios relativos ao recebimento de efluentes externos para tratamento na ETE contendo: a hora de início e fim de descarga; o volume descarregado; a unidade geradora do efluente; e características do efluente.

• **Esgoto sanitário** - o gerado no prédio de escritórios (administração), na central de tratamento de resíduos de saúde, galpão de garagem/oficina e planta piloto de geração de energia é enviado para tratamento em sistema de fossa séptica seguida de filtro anaeróbio conforme ABNT NBR 7229/1993. O esgoto tratado é armazenado em caixas de acúmulo e encaminhado posteriormente para a ETE através de caminhão limpa-fossa. Já o esgoto sanitário gerado no local de lavagem de veículos, no pré-tratamento e na ETE (laboratório) é encaminhado diretamente para tratamento na ETE.

• **Lodo biológico e químico** - provenientes da ETE. São enviados para sistemas de desidratação (adensador, decantador e/ou filtro prensa) antes da sua disposição final em local devidamente licenciado. O lodo Classe I (perigoso) proveniente de efluentes industriais perigosos (como os ricos em metais) deve ser direcionado para local externo

Observações

- Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

Não aplicável.

Condições de validade

devidamente licenciado não podendo ser disposto no aterro do empreendimento.

- **Águas pluviais** - o sistema de drenagem das águas pluviais do maciço de resíduos é composto de canaletas de escoamento construídas perpendicularmente aos taludes do aterro diretamente na geomembrana de PEAD. Essas canaletas, chamadas de descidas de água, desviam as águas pluviais para três caixas dissipadoras de energia antes de descarregarem na rede de drenagem local. Há restrição ao máximo das superfícies abertas para diminuir os volumes de chorume a tratar. Atendendo o art. 218º da Lei Estadual nº 14.675/09, há um reservatório com capacidade de 10 m³ para armazenar as águas pluviais coletadas no telhado do galpão onde é operado o pré-tratamento dos efluentes. Essas águas servem para irrigação de canteiros e jardins, lavagem de pisos, calçadas, e limpeza de equipamentos. Junto ao reservatório está instalado um filtro para retirada de partículas maiores. Já a drenagem de todo o restante do terreno do empreendimento é formada por caixas de ligação, passagem e limpeza, rede coletora principal pluvial e calhas de solo, concreto, grama e PEAD. O sistema de drenagem pluvial deve ser mantido desobstruído e ser inspecionado periodicamente e obrigatoriamente após chuvas intensas, visando mantê-lo em condições adequadas de funcionamento.

- **Água de lavagem de veículos** - é drenada e direcionada para a ETE. A área de lavagem também possui uma caixa separadora água-óleo.

- **Cobertura da frente operacional** - deve-se manter a frente de trabalho reduzida, com compactação e recobrimento adequado diário. Deverá ser executada camada de cobertura sanitária diária da frente de trabalho com solo ou material inerte. Assim, enquanto não for realizado o encerramento definitivo da célula/vala, essa deve receber recobrimento temporário com material adequado que promova o isolamento constante, evitando assim a emissão de odores, proliferação de animais/vetores e diminuição da geração de chorume.

- **Cobertura temporária** - realizada com a instalação de geomembranas de PEAD da cor verde (ecomembrana) nas partes do aterro que não estão sendo mais utilizadas para disposição de resíduos. Isso é feito enquanto ainda ocorre a maior parte do recalque dos resíduos dispostos.

- **Cobertura final** - implantada sequencialmente à medida que sejam atingidas as superfícies finais de resíduos previstas em projeto e após o período de sua acomodação. Será composta pelo seguintes elementos de baixo para cima: camada de solo de regularização compactado sobre os resíduos; impermeabilização com geomembrana lisa de PEAD no platô e texturizada em ambas as faces nos taludes; camada de drenagem de geocomposto drenante; camada de solo de proteção e de sustentação da cobertura vegetal; e, por fim, cobertura vegetal.

- **Emissão de particulados** - o controle de particulados é feito através de umectação constante das vias de acesso com caminhão-pipa próprio e manutenção de cobertura vegetal no perímetro do empreendimento.

- **Controle de vetores** - realizado através da instalação de iscas e da realização periódica de desratização e desinsetização com empresa especializada.

- **Águas subterrâneas** - é implantada impermeabilização de base do aterro com uma camada de argila compactada seguida de geomembrana de PEAD de 1,5 cm e proteção mecânica em solo argiloso. A fim de garantir a distância mínima de 1,5 metros de profundidade entre o lençol freático e a base do aterro sanitário, é implantada drenagem profunda abaixo da impermeabilização de base. Essa drenagem é implantada em valas de 1,5 metros de profundidade, com declividade de fundo de 1,5% e tubos PEAD de 100 mm. Também existem 16 poços de monitoramento de água subterrânea espalhados pelo perímetro do empreendimento como forma de controle ambiental.

- **Drenagem de chorume e gases** - o sistema de drenagem é implantado na base do aterro. Os drenos de percolados são compostos por tubos envoltos por geotêxtil e preenchidos com brita. Os drenos de gases são compostos por drenos verticais envoltos por um tela de ferro galvanizado preenchido com brita. O biogás é queimado diretamente na ponta dos drenos, devendo ser diariamente inspecionados para manter a queima e, assim, diminuir a

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

Documentos em anexo

Não aplicável.

Condições de validade

emissão de gases que contribuem ao efeito estufa.

- **Odores** - o controle e a gestão de odores e gases no aterro sanitário é realizado conforme descrito no programa de gestão de odores, gases e materiais particulados. Dentre as medidas previstas destacam-se: a cobertura diária dos resíduos, minimização da frente de trabalho e a implantação/manutenção de cortina vegetal no entorno do aterro sanitário.

- **Valas sépticas por codisposição** - são locais onde são dispostos no aterro os resíduos de serviços de saúde que não necessitam de tratamento prévio, como resíduos dos Grupos A3, A4, B (que não apresentem características de risco à saúde ou ao meio ambiente) e E, de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada nº 222/2018 da Anvisa e Resolução Conama nº 358/2005. A disposição dos resíduos do Grupo E deve estar em conformidade com o artigo nº 25 da Resolução Conama nº 358/2005. A área de disposição final deve ser cercada e identificada. A impermeabilização é feita com manta de PEAD de 0,5 mm. Após a disposição dos resíduos na vala, eles recebem cobertura de cal, sendo realizada a cobertura com solo quando a vala estiver preenchida. Nos intervalos de preenchimento da vala, é utilizada cobertura móvel com material impermeável. A compactação não deve ser realizada nos resíduos depositados nas valas sépticas para que não haja o rompimento dos invólucros que acondicionam os resíduos. Após a vala ser encerrada, é realizada marcação com estacas permanentes para que não haja escavação no mesmo local. Deve-se manter registro das datas de abertura e fechamento das valas sépticas e também do volume depositado.

- **Autoclave** - busca a redução microbiana dos resíduos de serviços de saúde que necessitam de tratamento prévio antes da disposição final no aterro de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada nº 222/2018 da Anvisa e Resolução Conama nº 358/2005. Os resíduos sujeitos à autoclavagem são os dos Grupos A e E (esse último conforme recomendações do art. 25 da Resolução Conama nº 358/2005). Os efluentes da autoclave e das águas de lavagem dos pisos da área são direcionados e tratados na ETE. Os resíduos, após processamento, são encaminhados para disposição final no próprio aterro sanitário. Resíduos citotóxicos, produtos químicos perigosos, tecidos, órgãos, membros e outros resíduos que possam emanar vapores ou se volatilizar não podem ser autoclavados.

- **Tanques aéreos para armazenamento de combustíveis** - existem três locais de armazenamento de diesel: o primeiro com 15 m³ na entrada do aterro para abastecimento das máquinas e equipamentos, o segundo no galpão do autoclave (4 m³) e o terceiro na área da ETE (3 m³). Todos os tanques estão instalados dentro de bacias de contenção com volume de 110% do total de combustíveis armazenados. Os equipamentos e sistemas destinados ao armazenamento de combustíveis devem obrigatoriamente ser certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - INMETRO e seguir o disposto na ABNT NBR 17505 (Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis).

- **Armazenamento de produtos químicos e/ou perigosos** - na operação do sistema de tratamento físico-químico da ETE são utilizados sulfato de alumínio e hidróxido de sódio. O armazenamento é feito em dois tanques instalados dentro de uma bacia de contenção com 110% da capacidade de armazenamento dos tanques. O local de armazenamento de resíduos ou produtos químicos e/ou perigosos deve: levar em conta os riscos potenciais de fenômenos naturais ou artificiais que venham causar perigo de contaminação ambiental; possuir isolamento que impeça o acesso de pessoas estranhas e sinalização de segurança que identifique a instalação para os riscos de acesso ao local; ser provido de bacia de contenção suficientemente impermeabilizada e dimensionada para conter e resistir a vazamentos e derramamentos; ser operado e mantido de forma a minimizar a possibilidade de fogo, explosão, derramamento ou vazamento para o ar, água superficial ou solo.

- **Resíduos perigosos e especiais** - são gerados na oficina, como óleos lubrificantes usados, estopas e outros materiais contaminados, os quais tem destinação especial externa para aterro de resíduos Classe I. Os óleos usados

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

Não aplicável.

Condições de validade

são encaminhados para rerrefino conforme prevê a Resolução Conama nº 362/2005. É objeto de logística reversa a destinação de pilhas, baterias, lâmpadas queimadas e pneus, devendo esses resíduos serem entregues para os fabricantes ou empresas que façam parte do sistema de logística reversa conforme art. 33º da Lei Federal nº 12.305/2010. Produtos químicos impróprios para uso devem ter destinação final ambientalmente adequada com devolução ao fabricante preferencialmente. Os resíduos gerados devem ser armazenados de maneira a não possibilitar a alteração de sua classificação e de forma que sejam minimizados os riscos de danos ambientais.

- **Caldeira** - à combustão externa de óleo diesel para geração de vapor de água utilizado no aquecimento da autoclave. A chaminé é circular e possui uma altura de seis metros. É feito monitoramento das emissões da chaminé.
- **Lagoas de armazenamento de chorume** - as lagoas elevadas de armazenamento de chorume devem ter monitoramento geotécnico com marcos superficiais nos taludes.
- **Locais de estacionamento de veículos** - todos os locais de estacionamento de veículos que carregam efluentes/combustíveis devem ser devidamente impermeabilizados e com declividade que possibilite o escoamento de eventuais vazamentos para local de coleta/armazenamento/tratamento a fim de evitar a contaminação do solo e lençol freático.

Programas ambientais

1. **Programa de monitoramento da estação de tratamento de efluentes (ETE)** - objetiva avaliar a qualidade do tratamento dado aos efluentes que chegam na estação. Deve-se apresentar ao IMA relatórios com resultados de análises mensais do efluente bruto (somente DBO5, DQO, nitrogênio amoniacal e fósforo total) e tratado (DQO, fósforo total, nitrogênio total, nitrito, nitrato, coliformes termotolerantes, *E. Coli*, parâmetros descritos nos incisos I e II do artigo 16º da Resolução Conama nº 430/2011, parâmetros do artigo 5º da Resolução Conama nº 181/2021 e parâmetros constantes na Portaria FATMA nº 17/2002). O efluente bruto deve ser coletado na saída do tanque de equalização antes da entrada no tratamento biológico. O efluente tratado deve ser coletado após a última etapa de tratamento imediatamente antes de ser direcionado para o lançamento final (sempre antes da diluição no corpo hídrico). Os valores dos parâmetros analisados devem ser comparados (quando houver) com os padrões previstos na Resolução Conama nº 430/2011, Resolução Conama nº 181/2021 e Portaria FATMA nº 17/2002, sempre levando em consideração a legislação mais restritiva e atualizada. Além disso, também deve ser medida e informada a vazão média horária, diária e mensal de lançamento de efluente tratado.

2. **Programa de monitoramento do corpo receptor do efluente tratado** - objetiva avaliar a interferência do lançamento do efluente tratado no rio Itajaí-Mirim. Deve-se apresentar ao IMA relatórios com resultados de análises mensais de amostras de água do rio para sólidos dissolvidos totais, coliformes termotolerantes, *E. Coli*, DBO5, DQO, oxigênio dissolvido, turbidez, cor verdadeira, pH e os parâmetros inorgânicos da Tabela I da Resolução Conama nº 357/2005. As amostras devem ser coletadas em três pontos: 50 metros a montante e 150 metros e 1350 metros a jusante do ponto de lançamento, sendo esse último ponto imediatamente após o limite da zona de mistura. Os valores dos parâmetros analisados devem ser comparados com os padrões máximos previstos na Resolução Conama nº 357/2005 (quando houver) para rio Classe 2 enquanto não houver outro enquadramento vigente.

3. **Programa de monitoramento das águas subterrâneas** - objetiva avaliar a possível interferência do aterro na

Observações

- I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

Não aplicável.

Condições de validade

qualidade das águas subterrâneas. Deve-se apresentar ao IMA relatórios com resultados de análises trimestrais de amostras da água subterrânea coletada nos 16 poços de monitoramento existentes e que vierem a ser instalados ao redor do aterro para DQO, DBO5, nitrogênio amoniacal total, fósforo total, nitrito, sulfato, sulfeto, ferro ferroso (Fe+2), ferro férrico (Fe+3), metano dissolvido, potencial de oxirredução, coliformes termotolerantes, pH, *E. Coli* e oxigênio dissolvido. Além disso, deve-se analisar todos os parâmetros inorgânicos do Anexo II da Resolução Conama nº 420/2009. Os resultados devem ser comparados com os padrões de investigação (quando houver) previstos na Resolução Conama nº 420/2009. No mesmo dia da coleta das amostras, deve ser medido e apresentado o nível estático do lençol freático em todos os poços. A fim de compreender melhor a dinâmica do ambiente subsuperficial da extensa área do empreendimento, para cada dia de medição de nível do lençol freático deve ser confeccionado mapa da direção preferencial de fluxo de água subterrânea, assim como estimar a velocidade da água subterrânea. Deve-se apresentar a metodologia utilizada para transformar os dados de medição de nível do lençol freático em mapa de direção do fluxo preferencial da água subterrânea. Além disso, deve ser feita anualmente checagem da integridade de todos os poços de monitoramento a fim de que eles desempenhem adequadamente sua função de controle ambiental.

4. **Programa de controle e gestão de odores, gases e materiais particulados** - objetiva: identificar as fontes de emissões atmosféricas e odores decorrentes do aterro sanitário; definir os procedimentos de gestão e controle dos gases gerados; manter registros do monitoramento realizado; e identificar oportunidades de correção e melhorias.

5. **Programa de gerenciamento de resíduos sólidos** - objetiva: promover a redução da geração dos resíduos e, quando for possível, a reutilização e reciclagem; segregar e armazenar corretamente todos os resíduos gerados; e proceder com a correta destinação dos resíduos, de acordo com suas características e com a legislação vigente.

6. **Programa de educação ambiental e comunicação social** - objetiva: apresentar ao público as atividades que ocorrem dentro do empreendimento; esclarecer eventuais dúvidas que possam surgir sobre as atividades do empreendimento; fortalecer o vínculo com a comunidade presente na área de influência do empreendimento; promover ações de educação ambiental para as comunidades com palestras, distribuição de material informativo e visitas monitoradas na área do aterro sanitário.

7. **Programa de monitoramento de recalques, erosões e estabilidade do aterro** - objetiva: realizar o monitoramento geomecânico do maciço de resíduos; executar ações para garantir a segurança na estabilidade do aterro; e manter registros do monitoramento de recalques, erosões e estabilidade do aterro. Para o monitoramento, além das inspeções visuais diariamente, são realizadas análises e interpretação de dados obtidos pela leitura dos marcos superficiais e piezômetros existentes (no mínimo mensalmente).

8. **Monitoramento do sistema de esterilização da autoclave** - é realizado o monitoramento do sistema de redução microbiana com utilização do indicador biológico *Bacillus stearothermophilus* no mínimo uma vez ao mês.

9. **Monitoramento das emissões da chaminé** - objetiva um acompanhamento e controle das emissões atmosféricas oriundas do equipamento de geração de calor para a autoclave. Devem ser apresentados resultados de medições anuais (sempre no mesmo mês) conforme disposto no Anexo I da Resolução Conama nº 382/2006 e densidade colorimétrica conforme art. 180 da Lei Estadual nº 14.675/2009. O relatório deve apresentar as metodologias de amostragem e análise, características da fonte de emissão e entorno, e as condições de operação do processo incluindo tipos e quantidades de combustível e/ou insumos utilizados. As amostragens devem ser feitas em condições típicas de operação.

10. **Plano de ação e emergência ambiental** - define as ações/procedimentos que serão tomados no caso de incêndio, explosão, derramamentos, liberação de gases tóxicos, deslizamento de taludes do aterro, entre outros e descreve as ações, equipamentos de segurança e materiais a serem utilizados em emergências, incluindo o responsável pela coordenação das ações de emergência. O plano de atendimento a emergências ambientais deve ser

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

Documentos em anexo

Não aplicável.

Condições de validade

constantemente revisado em função de novos incidentes não previstos que vierem a ocorrer ou serem potenciais de ocorrer. Todos os colaboradores da unidade deverão ser treinados e conhecer o plano de sua área. Além disso, devem ser disponibilizados todos os materiais necessários para ações de emergência ambiental.

11. **Plano de encerramento, recuperação, monitoramento e uso futuro** - objetiva: fornecer diretrizes para a cobertura final do aterro sanitário; especificar os controles e monitoramentos que devem ser mantidos; e fornecer diretrizes para o uso futuro da área. A execução desse plano se dará somente próximo ao período de encerramento das atividades do aterro.

Observações:

- As amostras de efluente da ETE e de água do corpo receptor devem ser coletadas no mesmo dia.
- Nos relatórios, devem ser apresentados gráficos em escala e unidade que possibilitem a sua clara leitura e interpretação, em forma de linha e com o padrão do parâmetro preconizado pela legislação mais restritiva.
- Para os relatórios de monitoramento do efluente, a DBO5 deverá ser apresentada também em gráfico que mostre a eficiência de remoção em porcentagem, além do seu valor de saída (efluente tratado).
- Os relatórios devem ser objetivos e conter uma discussão sucinta dos resultados apresentados trazendo o histórico de monitoramento/acompanhamento.
- Incluir no relatório mapas ilustrativos com a localização dos pontos de coleta das amostras do corpo receptor e das águas subterrâneas.
- Parâmetros de monitoramento podem ser retirados, inclusive ou ter a frequência alterada mediante manifestação justificada do IMA.
- As análises de qualidade devem ser realizadas por laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) ou pelo IMA para os parâmetros e matrizes de interesse.
- As coletas de amostras devem ser realizadas por profissionais habilitados, não podendo ser feitas diretamente pelo empreendedor.
- Os laudos analíticos do laboratório credenciado que realizou as análises devem ser anexados ao relatório.

Medidas compensatórias

- **Compensação pelo uso de APP:** não aplicável.
- **Compensação pelo Corte da Mata Atlântica:** não aplicável.
- **Compensação do SNUC:** não aplicável.

Condições específicas

1. Somente é autorizada a disposição no aterro de resíduos que sejam classificados como Classe II conforme ABNT NBR 10004. Não podem ser dispostos resíduos perigosos que, em função de suas características (inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade) apresentem risco à

Observações

- Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.
- Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.
- Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.
- Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.
- De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.
- Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

Documentos em anexo

Não aplicável.

Condições de validade

saúde pública e ao meio ambiente (Resíduos Classe I conforme ABNT NBR 10004). Tais resíduos devem ser encaminhados para tratamento/disposição final local externo devidamente licenciado. Além disso, resíduos da construção civil também não podem ser dispostos no aterro, conforme dispõe a Resolução Conama nº 307/2002.

2. O controle do recebimento dos resíduos no aterro é de responsabilidade do empreendedor, devendo ser observados os critérios de compatibilidade para o qual o empreendimento foi projetado. Deve ser impedida a entrada de resíduos cuja composição não seja adequadamente identificada e compatível com a finalidade do aterro. O empreendedor deve manter internamente lista dos resíduos recebidos no aterro, discriminando minimamente a origem, data e volume e/ou peso recebido para eventuais solicitações e acompanhamento pelo IMA.

3. Considerando a central de triagem de resíduos e conforme previsto na Lei Federal nº 12.305/2010, deve-se buscar o encaminhamento para disposição no aterro de somente rejeitos, ou seja, resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada.

4. Quando da necessidade de utilização de jazidas (solo) de empréstimo e áreas de bota-fora fora da área do empreendimento, as mesmas deverão ser devidamente licenciadas.

5. Além do monitoramento exigido nessa licença, o empreendedor deve dispor de meios para medição semanal/diária de parâmetros de controle operacional da ETE, como pH, oxigênio dissolvido, temperatura, sólidos no reator biológico, ensaio de sedimentação, entre outros que se fizerem necessários para manter o adequado tratamento do efluente.

6. Futuros poços de monitoramento de água subterrânea que vierem a ser instalados devem seguir as seguintes instruções: seguir o disposto ABNT NBR 15495; alocação o mais próximo possível do maciço do aterro e/ou outras áreas com potencial de contaminação do lençol freático sem que sua instalação danifique as estruturas do aterro; equidistantes entre os demais poços instalados a fim de manter uma boa cobertura de todo o perímetro do empreendimento.

7. Todas as áreas de preservação permanente (APP) do empreendimento devem ser delimitadas a fim de garantir sua proteção. A maior parte da APP do curso hídrico que fica na porção sudoeste está descaracterizada, assim como parte da APP de nascente na porção nordeste. Logo, todas as APP devem ser resguardadas a fim de promover sua regeneração e revegetação (Art. 7º da Lei Federal nº 12.651/2012).

8. Visto que não há mais abastecimento de água via manancial subterrâneo no empreendimento, deve-se proceder com a desativação/tamponamento dos poços existentes conforme orientações da Diretoria de Recursos Hídricos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

9. Conforme artigo 6º da Portaria IMA/SC nº 232/2021 publicada em 20/12/2021, o empreendimento deve elaborar mensalmente Declaração de Movimentação de Resíduos Sólidos Urbanos (DMRSU) exclusivamente por meio do Sistema MTR do IMA.

10. No caso de recebimento de resíduos e efluentes oriundos de outros estados para tratamento ou disposição final no aterro, deve ser requerida autorização ambiental, conforme IN-61 do IMA.

11. Monitorar diariamente o entorno do aterro e sua superfície, assim como o sistema de coleta/queima de biogás, de modo a prevenir riscos de explosão.

12. Manter responsável técnico legalmente habilitado pela operação e acompanhamento dos controles ambientais do empreendimento objeto desta LAO durante todo período de sua vigência. A alteração do responsável técnico deverá ser comunicada ao IMA.

13. Todo processo erosivo, por menor que seja, deverá ser imediatamente sanado com vista à proteção e evitar assoreamento da hidrografia regional.

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

Documentos em anexo

Não aplicável.

Condições de validade

14. Respeitar os limites de ruídos conforme preconizado pela legislação municipal e/ou normas técnicas cabíveis (NBR 10151 - Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas, visando o conforto da comunidade - Procedimento) de modo a manter o nível de conforto sonoro próximo ao empreendimento.

15. Demais impactos/acidentes ambientais não previstos ocorridos em virtude da operação do empreendimento devem ser informados ao IMA e tomadas as medidas cabíveis para mitigá-los assim como atualização dos programas ambientais pertinentes.

16. Embora não obrigatoriamente, o empreendedor deve buscar implementar melhorias operacionais a fim de que a concentração de DQO do efluente tratado esteja abaixo de 500 mg/L.

17. No caso de encerramento das atividades, o empreendedor deverá comunicar o IMA com antecedência de 90 dias (Resolução Consema nº 98/2017, art. 35º), apresentando Plano de Encerramento conforme Enunciado IMA 02 e ABNT NBR 15849.

18. Apresentar **relatórios semestrais em janeiro e julho** relativos à manutenção dos acessos internos e externos, da cortina vegetal circundante, da ETE, limpeza geral da área, autoclave, sistema de drenagem pluvial superficial e sistema de drenagem do chorume. O primeiro relatório deve ser apresentado em julho de 2022.

19. Apresentar **semestralmente em janeiro e julho**, relatórios de execução dos Programas Ambientais 1 a 8 listados nesta licença, acompanhados de discussão dos resultados e do respectivo documento de responsabilidade técnica do profissional responsável pela elaboração. O primeiro relatório deve ser apresentado em julho de 2022.

20. Disponibilização do Plano de Ação e Emergência Ambiental (Programa Ambiental 10) em locais apropriados para consulta. O plano deve ser atualizado à medida que novos incidentes não previstos venham a ocorrer. Assim, deve ser enviado **anualmente em janeiro** relatório relativo à implementação do plano, principalmente em relação ao treinamento da equipe, e suas possíveis readaptações e/ou atualizações no ano anterior. Incluir descrição de possíveis incidentes ocorridos no período e respectivas medidas adotadas. O primeiro relatório deve ser apresentado em Janeiro de 2023.

21. Apresentar **anualmente em janeiro**, relatório do Programa Ambiental 9 listado nesta licença, acompanhado de discussão dos resultados e do respectivo documento de responsabilidade técnica do profissional responsável pela elaboração. O primeiro relatório deve ser apresentado em janeiro de 2023.

22. O transporte de resíduos deverá ser realizado junto ao sistema MTR do IMA conforme portarias vigentes, devendo ser apresentadas ao IMA as Declarações de Movimentação de Resíduos e Rejeitos (DMR) e os Certificados de Destinação Final (CDF) **anualmente em janeiro**, com a primeira apresentação em janeiro de 2023.

23. Apresentar em **120 dias** relatório técnico acompanhado de documento de responsabilidade técnica que comprove o devido tamponamento dos poços de monitoramento considerados inadequados e a sua reinstalação. Ressalta-se que os novos poços devem ser localizados próximos aos poços antigos a fim de não haver modificações na distribuição da malha de poços previamente aprovada.

24. Em **60 dias**, após ter ocorrido as devidas orientações pelo município, o empreendedor deve apresentar relatório fotográfico da implantação das placas informativas ao longo do trajeto do emissário do efluente tratado contendo: a identificação do empreendedor; advertência em relação à localização do emissário na via pública; e mapa localizando o aterro, a tubulação de recalque e o ponto de lançamento no Rio Itajaí-Mirim. Isso objetiva evitar possíveis futuras interferências/acidentes.

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

GTA – GESTÃO AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.813.163/0001-44, com sede na Avenida Martin Luther, nº 111, sala 312, Bairro Victor Konder, Blumenau – SC, representada neste ato na forma de seu contrato social, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**; e

RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 95.886.735/0001-70, estabelecida na Avenida Cônsul Carlos Renaux, nº 12, sala 22, bairro Centro, na cidade de Brusque – SC, representada neste ato na forma de seu contrato social, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**

CONTRATANTE e **CONTRATADA** serão denominadas individualmente “Parte” e conjuntamente “Partes”.

As Partes têm entre si justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços de Tratamento e Destinação Final de Resíduos (o “Contrato”), o qual vigorará de acordo com as disposições adiante estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1. Consiste objeto deste Contrato a prestação dos serviços, pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, de tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (“Resíduos”) localizados nos endereços da **CONTRATANTE**, conforme especificado no Anexo I deste Contrato.

1.2. A **CONTRATANTE** deve observar e cumprir todas as exigências preconizadas na Legislação Ambiental e Normas Técnicas referente à geração, segregação, acondicionamento e identificação de resíduos de serviços de saúde, assim como as normas da **CONTRATADA**.

1.3. Com relação a Destinação Final do Resíduos, aqueles passíveis de tratamento térmico e acondicionados em sacos vermelhos, conforme preconizado pela RESOLUÇÃO RDC ANVISA Nº 222 DE 28 de março de 2018, serão encaminhados para tratamento em Autoclave licenciada e os resíduos que não necessitam de tratamento prévio à sua disposição em sacos leitosos serão encaminhados para vala séptica por codisposição, devidamente licenciada para a finalidade.

1.4. O destino final dos Resíduos do grupo B será através de Depósito Temporário para Resíduos Classe I e II-A e posteriormente em Aterro Industrial Licenciado.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO, REAJUSTE, FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Em contraprestação aos serviços prestados, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o preço descrito no Anexo – I.

2.2. Durante o prazo de vigência do Contrato estipulado na Cláusula 5.1 abaixo, o preço da prestação do serviço será corrigido apenas com base na variação positiva do IGP-M/FGV.

2.3. Caso sobrevenha, durante a vigência deste Contrato, fatores que onerem a **CONTRATADA** em relação às circunstâncias em que o presente Contrato foi firmado, tais como negociação coletiva da categoria de funcionários da **CONTRATADA**, majoração ou criação de tributos incidentes direta ou indiretamente na prestação de serviços, alteração ou superveniência de interpretação sobre a legislação tributária que implique em exigência ou majoração de tributos incidentes direta ou indiretamente na prestação de serviços da **CONTRATADA**, aumento do

preço de combustíveis e maquinário utilizado na prestação de serviços pela **CONTRATADA** ou outro fator que afete as condições comerciais nas quais o presente Contrato foi celebrado, os preços serão reequilibrados na mesma proporção da oneração, mediante correspondência a ser encaminhada pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis de sua aplicação.

2.4. A **CONTRATADA** emitirá faturas com a periodicidade informada no Anexo – I, observando-se, para tanto, a medição da quantidade de Resíduos coletados/transportados/destinados.

2.5. O pagamento deverá ser efetuado por meio de Boleto Bancário, no prazo informado no Anexo – I. Ocorrendo atraso no pagamento, a **CONTRATANTE** deverá arcar com multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do débito, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária com base do IGP-M/FGV, calculada *pro rata die*, sem prejuízo da faculdade da **CONTRATADA**, caso o atraso seja igual ou superior a 15 (quinze) dias, suspender a prestação dos serviços.

2.6. Além das medidas aludidas no item supra, o inadimplemento da **CONTRATANTE** concederá à **CONTRATADA** a possibilidade de protestar a **CONTRATANTE** perante o Cartório de Protesto de Títulos competente, de proceder ao ajuizamento de medidas judiciais competentes para o recebimento do débito em mora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a) executar os serviços dentro da boa técnica e dos costumes usuais em trabalhos deste gênero, seguindo rigorosamente as especificações técnicas da **IMA**, ficando por sua exclusiva responsabilidade, a qualidade e eficiência dos serviços prestados;
- b) assumir totais responsabilidades pelos resíduos colocados em seu poder a partir do momento da coleta, isentando a **CONTRATANTE**, de eventuais danos que possam vir a ocorrer, sendo de sua inteira responsabilidade a sua disposição e demais obrigações decorrentes da operação, que deverá ser mantida devidamente licenciada;
- c) zelar pela proteção dos recursos naturais e ecossistemas, respondendo pela renovação das licenças exigidas pelos agentes de proteção ambiental, e responder tecnicamente pelo recebimento, tratamento e destinação final adequada, atendendo a legislação ambiental em vigor dos resíduos gerados pela **CONTRATANTE**;
- d) arcar com todos os ônus e despesas de mão-de-obra direta e/ou indireta, máquinas, veículos, frota, equipamentos, balanças, ferramentas, peças, utensílios e acessórios, incluindo combustíveis, lubrificantes, manutenção em geral, material, uniformes e acessórios e quaisquer outros ônus e despesas necessárias à execução dos serviços objeto do presente Contrato;
- e) recusar a coleta dos resíduos que não forem embalados na forma do determinado pelas normas e resoluções atinentes ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde sem que haja, em razão deste fato desobrigação da **CONTRATANTE** quanto ao pagamento das faturas emitidas; e
- f) realizar o controle da quantidade de sacos gerados, por meio de um funcionário que responsável pela coleta e anotação em planilha padrão da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A **CONTRATANTE** se obriga a:

- a) segregar e acondicionar os Resíduos gerados no momento e local de sua geração e em recipientes impermeáveis, resistentes à punctura, ruptura e vazamento, tudo de acordo com as características físicas, químicas, biológicas, espécie, estado físico e classificação, nos termos da ABNT NBR 10.004/2004, sob pena de ter seus resíduos não coletados até que sejam devidamente acondicionados;

[Assinatura]

[Assinatura]



- b) identificar os Resíduos a fim de que a **CONTRATADA** obtenha todas as informações necessárias ao reconhecimento e manuseio dos resíduos a serem coletados nos termos da norma da ABNT NBR 7.500, bem como das demais exigências relacionadas à classificação e risco específico de cada grupo de resíduos;
- c) fornecer as informações sobre a composição dos resíduos, de modo a que seus contaminantes sejam analisados para a necessária e correta classificação;
- d) não depositar nos equipamentos da **CONTRATADA**, quaisquer resíduos cujo depósito não seja autorizado por este Contrato e pelas autoridades competentes, ou que prejudiquem ou danifiquem seus equipamentos e coloquem em risco a integridade física de seus funcionários, tais como explosivos, radioativos, agrotóxicos, corrosivos ou similares;
- e) diligenciar no sentido de que a entrada às suas instalações e/ou ao (s) local (is) de coleta, seja facilitada ao máximo para os veículos da **CONTRATADA**, evitando demora desnecessária na execução dos serviços, sob pena de ter seus resíduos não coletados;
- f) efetuar a contagem dos resíduos com conferência do coletor dos resíduos e anotar em planilha padrão com a assinatura de ambos. Estar ciente de que no momento da coleta, caso não haja funcionário da **CONTRATANTE** responsável pela conferência e contagem dos sacos e caixas, o relatório de medição não poderá ser questionado;
- g) emitir, sem o que a coleta ficará inviabilizada, o **MTR – Manifesto de Transporte de Resíduos através do sistema on line da IMA** relativo aos resíduos a serem coletados, documento este que os acompanhará até o seu destino final, em conformidade com as Portarias **FATMA nº 242/2014, 324/2015 e 194/2016**;
- h) efetuar o pagamento da nota fiscal/fatura nas condições estabelecidas na Cláusula Segunda e Anexo deste Contrato; e
- i) comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, a respeito de qualquer mudança ou alteração nos endereços de coleta indicados no Anexo I.

4.2. A **CONTRATANTE** compromete-se ainda a informar à **CONTRATADA** a respeito de qualquer proposta recebida pela **CONTRATANTE** por empresa do mesmo segmento da **CONTRATADA** para a prestação dos serviços objeto deste Contrato, oferecendo à **CONTRATADA** a oportunidade de cobrir as ofertas recebidas de concorrentes antes de qualquer aceite por sua parte.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO E RESCISÃO

5.1. Este Contrato é firmado por prazo determinado de 60 (sessenta) meses, com início na presente data de assinatura, renováveis automaticamente por períodos iguais e sucessivos, por um período máximo de até 60 (sessenta) meses, salvo se acordado o oposto pelas Partes.

5.2. O presente Contrato poderá ser resiliado, imotivadamente, por quaisquer das Partes, mediante envio de notificação pelo correio com comprovante de entrega, com 30 (trinta) dias de antecedência, a contar da data do recebimento, sem prejuízo de que a **CONTRATADA** receba todos os valores devidos pela **CONTRATANTE** em razão dos serviços prestados até o momento da rescisão e durante o período rescisório.

5.2.1. Considerando os investimentos realizados pela **CONTRATADA** para a prestação dos serviços objeto deste Contrato, fica desde já estabelecido entre as Partes que no caso de rescisão imotivada deste Contrato por parte da **CONTRATANTE**, dentro do prazo estabelecido na cláusula 5.1 acima, será aplicada uma multa não compensatória calculada conforme escalonamento abaixo:

- a) No caso de rescisão durante o primeiro ano de vigência do Contrato, multa correspondente à 50% (cinquenta) da Expectativa de Faturamento Anual;
- b) No caso de rescisão durante o segundo ano de vigência do Contrato, multa correspondente







- à 40% (quarenta) da Expectativa de Faturamento Anual;
- c) No caso de rescisão durante o terceiro ano de vigência do Contrato, multa correspondente à 30% (trinta) da Expectativa de Faturamento Anual;
 - d) No caso de rescisão durante o quarto ano de vigência do Contrato, multa correspondente à 20% (vinte) da Expectativa de Faturamento Anual;
 - e) No caso de rescisão durante o quinto ano de vigência do Contrato, multa correspondente à 10% (dez) da Expectativa de Faturamento Anual.

5.3. O presente Contrato poderá ser motivadamente resolvido de imediato, a qualquer tempo, independentemente de aviso ou notificação, nas seguintes hipóteses:

- a) recuperação judicial ou extrajudicial, declaração de insolvência ou decretação de falência de qualquer das Partes;
- b) descumprimento de qualquer das disposições previstas neste Contrato, não sanada pela Parte infratora após o prazo de até 8 (oito) dias da data que comunicar a infração, comunicação esta que deverá ser efetivada por escrito e com comprovante de entrega; e
- c) por mútuo acordo entre as Partes.

5.4. Na hipótese de rescisão motivada deste Contrato por infração contratual, nos termos do item 5.3 retro, a Parte infratora ou a Parte que resilir, conforme o caso, ficará obrigada a pagar à outra Parte multa não compensatória equivalente a 3 (três) vezes o mês de maior faturamento, considerando o período dos últimos 12 (doze) meses anteriores à rescisão.

CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA

6.1. A **CONTRATANTE** não possui qualquer vínculo empregatício com os colaboradores (funcionários e prestadores de serviços) da **CONTRATADA**, sendo que, caso sobrevenha qualquer reclamação trabalhista em razão do descumprimento das obrigações decorrentes do vínculo empregatício entre a **CONTRATADA** e seus colaboradores, a **CONTRATADA** se obriga a ingressar na reclamação trabalhista requerendo a exclusão da **CONTRATANTE** do pólo passivo e, caso este pedido não seja deferido, a sua manutenção no pólo passivo da reclamação trabalhista até o deslinde do feito.

CLÁUSULA SÉTIMA – CONFIDENCIALIDADE

7.1. As Partes se obrigam a não divulgar quaisquer informações obtidas por meio deste Contrato, principalmente no que se refere às condições comerciais, a terceiros estranhos à prestação do serviço ora **CONTRATADA**, sob pena da Parte infratora pagar multa equivalente ao valor médio do faturamento das 04 (quatro) últimas medições à Parte inocente.

CLÁUSULA OITAVA – ANTICORRUPÇÃO

8.1. Ao executar os termos deste Contrato, as Partes comprometem-se a cumprir rigorosamente as leis vigentes que proíbem o suborno de funcionários públicos ou particulares, corrupção, tráfico de influência e lavagem de dinheiro, especialmente em casos de contratação com o poder público.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Este Contrato somente poderá ser alterado mediante documento escrito, firmado pelos representantes legais das Partes e por 02 (duas) testemunhas, por meio de termo aditivo.

9.2. Fica pactuado que a eventual tolerância ou não exigência de cumprimento de obrigação por qualquer das Partes não constitui, nem constituirá desistência, renúncia ou novação de qualquer espécie, podendo ser referida obrigação exigida a qualquer momento.



9.3. O presente Contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título. Havendo contradição ou conflito entre o disposto na proposta comercial e os termos deste Contrato junto com seu(s) anexo(s), prevalecerá o disposto nesses últimos

9.4. Na hipótese de, a qualquer momento, qualquer previsão deste Contrato se tornar inválida, ilegal ou inaplicável, todas as demais cláusulas e condições do Contrato não serão prejudicadas, permanecendo em pleno vigor, devendo, portanto, serem efetivamente cumpridas.

9.5. É defeso às Partes **CONTRATANTES** cederem ou transferirem total ou parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes deste Contrato, exceto em caso que haja a anuência prévia e escrita da outra Parte.

9.6. Nenhuma disposição deste Contrato deverá ser entendida como uma transferência ou cessão total ou parcial dos direitos de propriedade intelectual e/ou industrial detidos pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

9.7. A **CONTRATADA** declara ainda:

- a) cumprir com a declaração universal dos direitos humanos, com a convenção das nações unidas sobre os direitos da criança, bem como as convenções da organização internacional do trabalho;
- b) cumprir todas as regulamentações trabalhistas aplicáveis, incluindo referentes a trabalho não declarado, trabalho infantil, trabalho forçado e direitos sindicais (i.e., acordo e convenção coletiva de trabalho); e
- c) a observar as leis de preservação ambiental, bem como a desenvolver suas atividades respeitando as normas ambientais vigentes, prevenindo sempre a ocorrência de impactos ambientais.

9.8. Em observância ao artigo 113, §2º, do Código Civil, as Partes expressamente excluem a aplicação a este Contrato do artigo 113, §1º, IV, do Código Civil, ou redação que lhe seja equivalente em caso de atualização, de modo que todas as cláusulas deverão ser interpretadas como redigidas por todas as partes signatárias deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1. As Partes elegem o Foro da Comarca de Florianópolis - SC, para a solução de quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA

Rosângela Maria Müller
Sócia-Gerente

GTA – GESTÃO AMBIENTAL LTDA.

RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA

Brusque, 23 de julho de 2020.

GTA-GESTÃO AMBIENTAL LTDA

José Luiz Knihs
GERENTE ADMINISTRATIVO



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.886.735/0001-70, com sede na Rua Heinrich Richard Bruno Erbe, 25 - Sala 306 - Edifício Duo Office, Centro CEP: 88350-020 - Brusque/SC, representada na forma do seu estatuto social por seus representantes legais.

OUTORGADOS: TIAGO CAMARGO DE OLIVEIRA, RG 58.047.709-5 SSP/SP, CPF/MF 034.107.174-98, brasileiro, casado, Gerente de Licitações; **BRUNO FRANCISCO MUEHLBAUER**, RG 4.002.988-SSP/SC, CPF/MF 045.720.829-52, brasileiro, solteiro, Engenheiro Ambiental e Químico; **ALESSANDRA CEZAR RIBEIRO DE OLIVEIRA**, RG 30.304.298-9 SSP/SP, CPF/MF 279.993.178-29, brasileira, Especialista de Licitações; **EDMILSON HILARIO NUNES**, RG 37.431.456-1-SSP/SP, CPF/MF 228.244.408-64, brasileiro, solteiro, Gerente de Desenvolvimento de Negócios Públicos; **GUILHERME CARDOSO**, brasileiro, solteiro, Coordenador de Projetos, RG nº 48110582 SSP/SP, CPF/MF sob nº 391.106.548-52, todos com endereço comercial na Avenida Manuel Bandeira, 291, Térreo, conjuntos 11 e 12, Bloco A - Bairro Vila Leopoldina - Condomínio Atlas Office Park, CEP: 05317-020, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, todos com endereço comercial na Avenida Manuel Bandeira, 291, Térreo, conjuntos 11 e 12, Bloco A - Bairro Vila Leopoldina - Condomínio Atlas Office Park, CEP: 05317-020, Município de São Paulo, Estado de São Paulo; **CLAUDINEIA CILIÃO**, RG 4.983.575-2 SSP/SC, CPF/MF 715.175.459-00, brasileira, divorciada, Gerente Comercial; **BRENO CÉLIO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Coordenador de Licitações, com cédula de identidade nº 4.202.338 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.644.089-35, ambos com endereço comercial na Avenida Marechal Castelo Branco, nº 65, 12º andar, Ed. Kennedy Towers, bloco A, bairro Campinas, CEP: 88101-020 - São José/SC; **ZENILDE DECKER**, RG 3.975.474 SSP/SC, CPF/MF: 005.397.549-94, brasileira, solteira, Gerente Comercial; e **HANOKH CAMILO VILELA YAMAGISHI**, RG 43.996.559-7, CPF/MF 339.572.478-61, brasileiro, casado, Diretor Regional, ambos com endereço comercial na Rua Heinrich Richard Bruno Erbe, 25 - Sala 306 - Edifício Duo Office, Centro CEP: 88350-020 - Brusque/SC; **ALANA CAROLLINA MARTINS VAIDER DE PAULA**, brasileira, casada, Analista Comercial, RG 7995502-7 SESP/PR, CPF/MF nº 029.503.609-55, com endereço comercial na Rua Alexandre Zachetta, 337 - Bairro Itália, São José dos Pinhais/PR - CEP: 83015-148.

PODERES E FINS ESPECÍFICOS: aos quais confere poderes para, observados os limites estabelecidos no contrato social da mandante e legislação vigente, **ISOLADAMENTE**, independentemente da ordem de nomeação, representar a outorgante perante as repartições públicas, federais, estaduais e municipais, autarquias, entidades e paraestatais, Fundações, empresas públicas e privadas, sociedade de economias mistas, órgãos ambientais, universidades federais, agências reguladoras, Petrobrás e suas subsidiárias para: **(I)** Formular ofertas e lances de preços em pregão eletrônico e/ou presencial; **(II)** Assinar propostas técnicas e comerciais em licitações de qualquer modalidade; **(III)** Praticar todos os atos necessários para representar a OUTORGANTE em licitações públicas em todas as suas modalidades - concorrência, concessões, tomada de preços, convites, concurso, leilão, pregão presencial e/ou eletrônico, PMI, MIP, PPP - podendo, para tanto, em todos os casos, interpor recursos e impugnações, desistir de recursos

interpostos, receber notificação, tomar ciência de decisões, acordar, transigir, receber e entregar documentos, prestar declarações e apresentar informações de forma oral ou escrita, assinar cartas credenciais para participar em licitações e realização de visita técnica, realizar visita técnica em nome da proponente, assinar demonstrações de índices financeiros, assinar propostas técnicas, formular ofertas e lances, negociar preço; **(IV)** Assinar ART's de cargo e função e/ou obras ou serviços e formulários específicos para fins de CONFEA/CREA/CRA/CRQ; **(V)** Assinar notificações, ofícios e manifestações de interesse referente à contratos administrativos oriundos de processos licitatórios; **(VI)** Podendo ainda nomear procurador para entregar propostas, participar de pregões, assinar atas, formular lances verbais e questionar a validade de documentos no certames, realizar ou credenciar representante para visita técnica, bem como praticar todo e qualquer ato necessário ao fiel cumprimento do presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso. A Outorgante declara que admite como válida a realização de assinaturas certificadas por plataformas eletrônicas, bem como com certificado ICP, conferindo a elas presunção de veracidade e integridade. **O PRESENTE MANDATO É VÁLIDO ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2024. OS OUTORGADOS FICAM CIENTES QUE SEUS PODERES FICAM REVOGADOS CASO OCORRER A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO COM A OUTORGANTE VEDADO EXPRESSAMENTE O SUBSTABELECIMENTO DOS PODERES CONFERIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO.**

.São Paulo, 20 de dezembro de 2023

RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA
FRANCISCO CELSO DAL RIO FILHO

RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA
PEDRO ALBERTO PRÁDANOS ZARZOSA



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento Procuracao Particular Licitacoes - Recicle- 2024.docx foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1ED3-AEA3-CF55-B3A0> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1ED3-AEA3-CF55-B3A0



Hash do Documento

384F7BF9A4089ED31CAFCC1032471D3DD1BEC8679986E82F7D3B9B861DDD142C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/12/2023 é(são) :

Francisco Celso Dal Rio Filho (Signatário) - 187.658.168-97 em
25/12/2023 17:31 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

Pedro Alberto Prádanos Zarzosa (Signatário) - 229.375.138-40
em 25/12/2023 16:59 UTC-03:00

Nome no certificado: Pedro Alberto Pradanos Zarzosa

Tipo: Certificado Digital

